



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2022 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 13 DE OUTUBRO

-----Aos treze dias do mês de outubro de 2022, no Auditório Conde Ferreira, em Sesimbra, realizou-se pelas vinte e uma horas, a segunda reunião da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segundo-secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**2. Apreciação da Atividade Municipal;**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Victor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patricia Narciso Faria Lopes --.-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Pedro Miguel dos Santos Mesquita; Ricardo Alves Mendes, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata, Paulo do Carmo de Sá Caetano, António Fernando Amiano Marques e Diogo Moreira Machado Pereira. -----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marina Melo Montanha.

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) – Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Miguel Tomás Cristóvão Nunes;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE- Carlos Alexandre Pinto Oliveira Macedo.-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU – João Miguel Mateus Castanho. -----

-----Compareceram ainda, em substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, o Vogal Sérgio Fidalgo Carvalho, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, a Vogal Ana Gomes Luisa Cabrita, e o substituto da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, o Vogal João André Faria Ribeiro.-----

-----Comprovada a existência de quórum, 23 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS),



Assembleia Municipal de Sesimbra

Francisco Manuel Firmino de Jesus e dos Vereadores(as) Felicia Costa, José Polido, Nelson Simplício Pólvora, Argentina Marques, Alfredo Miguel Fernandes e Márcio António de Sousa Oliveira. -----

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes, o Senhor Presidente da Câmara, os vereadores (as), membros da Mesa e restantes Deputados, bem como o publico presente bem como aqueles que seguiam a sessão online, através da plataforma do Município. Cumprimentou também funcionários, quer da CMS quer as funcionárias do Serviço de Apoio à AM. -----

-----Informou em seguida que após este período de intervenções seria iniciado o Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos (PIAC) e que caso os cidadãos presentes quisessem intervir teriam de se dirigir à funcionária do SAAMS que se encontrava à entrada do edifício, para preencher um impresso que depois se faria chegar à Mesa.-----

-----Justificou em seguida a ausência da Deputada Luisa Cagica Carvalho, que se fazia substituir pelo Deputado António Amiano Marques, bem como o Deputado Sérgio Faias que se fazia substituir pelo Cidadão Diogo Pereira que, por ser a primeira vez a participar nos trabalhos da AMS, foi verificada a sua identidade e legitimidade, sendo que após participaria nos trabalhos desta sessão. Disse que, a partir deste momento, o Deputado era bem vindo a esta casa e desejou que a sua presença fosse profícua como vinha sendo a de todos os deputados, incluindo aqueles que costumavam vir em regime de substituição. Justificou também a ausência do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Pólvora, que se fazia substituir pela Vogal Ana Luisa Gomes Cabrita. -----

-----Justificou depois a ausência da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo Maria Manuel Gomes, que se fazia substituir pelo vogal da Junta de Freguesia, João André Ribeiro, bem como a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Correia, que se fazia substituir pelo Vogal Sérgio Carvalho, e, na Bancada do PSD, o Deputado Germano Barros que se fazia substituir pelo Deputado Miguel Nunes.-----

-----Informou que na listagem da sessão constava ainda o nome da Deputada Andredina Cardoso que havia solicitado substituição por motivos de ordem profissional, sendo que os serviços tinham tentado contractar os elementos seguintes da lista, e não tinha sido possível efetuar essa substituição, daí que o nome da Deputada se tivesse mantido na lista e que hoje houvesse 23 presenças.-----

-----Justificou ainda a ausência das vereadoras Argentina Marques e Felicia Costa, que, que por motivos de ordem pessoal também não podiam estar presentes. -----

-----De seguida, informou que no próximo dia 19 de outubro, no Auditório Conde Ferreira, se iria realizar uma reunião conjunta de todas as comissões onde seria apresentado o Sistema de Gestão da

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Qualidade (SGQ) da AMS. Era uma ação para a qual todos os membros das comissões haviam sido convocados, mas também havia sido enviado um convite à Deputada Silvia Montanha bem como aos presidentes das juntas de freguesia para estarem presentes nessa importante reunião que seria considerada quase como uma ação de formação do importante SGQ. -----

-----Disse que fazia parte também do acolhimento ao eleito, tema que podia parecer um pouco estranho após um ano da tomada de posse, e também parte dos objetivos do SGQ, a habitual visita aos serviços da CMS na companhia do Executivo, que marcava sempre presença nessa ação. Naturalmente, essa ação costumava ser feita no início do mandato, mas por motivos conhecidos, especificamente as contingências da pandemia, não tinha sido possível fazê-lo, sendo que esses tipos de ações eram desaconselhados e o alívio das medidas havia surgido na altura do verão, no período de férias, e, querendo ver os serviços em pleno, também não era aconselhado. Agora, com os serviços a trabalhar em pleno e uma vez que as condições já o permitiam, iriam realizar a visita no dia 20 de outubro com início no Auditório Conde Ferreira, com a presença de técnicos e dirigentes da CMS, onde seria feita uma breve apresentação da estrutura de funcionamento e de seguida iriam visitar os diversos serviços espalhados um pouco por todo o Município. -----

-----Informou ainda que no dia 31 de outubro haveria uma reunião conjunta de todas as comissões, muito importante, para a apreciação do Regulamento Municipal dos Benefícios Fiscais, e que no dia 28 se iria realizar a auditoria externa da AMS, feita pela APCER, no âmbito do processo de revisão do SGQ, sendo que já tinha sido efetuada a auditoria interna, concluída com sucesso na passada segunda-feira, e iriam esperançosos para a auditoria de revisão. -----

-----Perguntou se algum dos deputados tinha alguma informação que quisesse partilhar. -----

-----Não havendo a intenções de intervenção, o Presidente deu início ao Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos (PIAC), que, não se verificando qualquer inscrição, prosseguiu para o **Período da Ordem do Dia com o ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos: Apreciação da Atividade Municipal**. -----

-----Referiu que, em sede de revisão do Regimento da AMS, a Comissão de Líderes tinha vindo a adotar algumas medidas e a fazer determinadas experiências nas sessões. Nesse sentido, hoje fariam uma experiência muito próximo daquilo que entendiam ser o aconselhado para este ponto, sendo que o habitual era que cada bancada tivesse 10 minutos para a colocação de questões, o que perfazia um total de 60 minutos, e o Senhor Presidente da CM teria um tempo igual, acrescido de 10 minutos para uma apresentação inicial, que muitas vezes, quando não utilizava, juntava ao restante tempo de resposta.----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Aquilo que a Comissão de Líderes queria testar hoje era manter 10 minutos por bancada e acrescer 1 minuto por cada elemento de cada bancada a partir do primeiro, ou seja, uma bancada com 10 elementos teria um acréscimo de 9 minutos e uma bancada de 5 elementos teria um acréscimo de 4 minutos. Desta forma, a Bancada da CDU teria 19 minutos, a Bancada do PS, 17 minutos, as Bancadas do Chega e PSD, 11 minutos, e as Bancadas do MSU e BE, 10 minutos, o que perfazia um total de 1 hora e 18 minutos para as bancadas. A CM teria 1 hora e 18 minutos acrescida dos 10 minutos que costumavam estar previstos para uma apresentação inicial, uma vez que o histórico indicava que os mesmos nunca eram utilizados. Assim, a CM tinha 1 hora e 28 minutos para responder às questões colocadas. -----

-----Não havendo dúvidas em relação a este assunto, o Presidente passou de seguida ao ponto da ordem de trabalhos questionando sobre as intenções de intervenção.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que cumprimentou todos os presentes e ao público que assistia em casa, e disse ter 3 questões muito breves. A primeira era para saber o pronto de situação de 2 equipamentos do Concelho, sobre os quais já vinha sendo habitual a bancada questionar o Senhor Presidente da Câmara com algum interesse e desilusão de não haver notícias relativamente a estes. Outra questão dizia respeito a um processo longo sobre o qual tinha sido feito uma série de démarches e que não tinha ainda “luz ao fundo do túnel”.-----

----- O ponto de situação seria relativamente ao processo de requalificação do Cabo Espichel e o concurso que tinha sido aberto. Outro tinha a ver com as démarches feitas relativamente ao centro de formação FORMAR.-----

----- E por último, gostariam de saber se existia alguma novidade, alguma resposta ou algum andamento no sentido de se acabar com a situação, que já durava há tempo demais, do aterro de zambujal. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e o público que assistia em casa e começou por perguntar se havia algum Balanço possível para fazer sobre início do ano Letivo. Perguntou também qual era o ponto de situação da obra da Escola Navegador Rodrigues Soromenho. -----

-----Relativamente ao ensino secundário na Quinta do Conde, disse que não havia uma “luz ao fundo do túnel”, não havia a recuperação da Escola Básica 2,3 Michel Giacometti, mas também não havia a construção de uma escola secundária nova que tanta falta fazia naquela freguesia. Neste sentido, queriam saber se existia mais alguma informação por parte do Ministério da Educação que pudessem transmitir.-----

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Por fim, sobre o Centro de vacinação de Sesimbra, disse detetar-se que este abria uma vez por semana ou pouco mais, e gostaria de saber qual era a justificação que a Administração Regional de Saúde (ARS) de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) ou o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Arrábida davam para que o mantivessem em funcionamento numa sala de desporto e porque é que ainda não tinha sido transferido para os respetivos centros de saúde a vacinação da Covid 19 e, agora, a vacinação da gripe. Perguntou também quanto é que isso custava à Autarquia.-----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Paula Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e as pessoas que assistiam a partir de casa e, relativamente aos Centros de Saúde, quer da Quinta do Conde, quer de Sesimbra, perguntou qual era o ponto de situação.-----

----- Perguntou também qual era o ponto de situação do projeto de execução da abertura e desassoreamento da Lagoa de Albufeira. Referiu que este era um assunto que também já tinha vindo à Assembleia Municipal várias vezes e gostariam de saber qual era o ponto de situação. -----

----- Relativamente à reunião do Sr. Presidente da CM com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e o Ministro das Infraestruturas e Habitação sobre o plano de investimento na ferrovia, no passado dia 13 de julho, disse gostar de saber se porventura Sesimbra iria ficar no mapa da ferrovia. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Pedro Mesquita** que começou por cumprimentar o executivo, os colegas deputados, o público presente na sala e o público que acompanhava os trabalhos pelo Canal do YouTube. -----

-----Disse que só queria colocar uma questão acompanhada de uma proposta, se fosse possível aceitar. Solicitou em seguida que fosse feito o balanço do último trimestre dos transportes por parte dos Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), nomeadamente, como é que vinha funcionando o serviço que tinha sido disponibilizado recentemente. Disse saber que existiam algumas críticas, mas também era normal até que se conseguisse efetivamente acertar todo o serviço e encontrar uma solução que pudesse servir em pleno toda a população que necessitava utilizar estes transportes. -----

-----Referiu que havia observado há relativamente pouco tempo, na Quinta do Conde, que existia um minibus, e bem, a circular nas pequenas ruas interiores da Vila, mas provavelmente, por lapso ou por alguma falha de rota, não tinha sido contemplada uma paragem no Centro de Saúde. Considerava esse um local extremamente importante para servir a população idosa, a população que tinha problemas de mobilidade, as grávidas e as crianças. Acrescentou que, passava na rua todos os dias porque morava relativamente perto, e às 8 da manhã conseguia observar com facilidade. Neste sentido, era sua obrigação estar aqui a expor esta questão para poder responder a esta população. Era verdade que esse

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

minibus parava na paragem situada à frente do Mercado Municipal, salvo erro, na rua Manuel de Arriaga, mas nas traseiras do Mercado Municipal não. Solicitou, se fosse possível, que fosse revista essa rota e que fosse reorganizado com os serviços ou com os transportes para que se pudesse efetivamente garantir pelo menos uma ou duas passagens diárias, que seria importante para a população mais idosa e mais necessitada na Quinta do Conde. -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Cláudia Mata** que cumprimentou todos os presentes e começou por reiterar uma observação que havia feito por uma ou duas vezes a respeito deste documento que se chamava Atividade Municipal. Referiu que, pela sua natureza, devia de ser um documento que deveria permitir, através da sua leitura fácil, concluir quais tinham sido as principais atividades do executivo durante um determinado período, e, sobre este, fazerem perguntas, comentários e observações. Contudo, o que tinha conseguido observar no meio de 400 e muitas páginas, quase 500, era mais uma vez uma agenda de cada um dos vereadores entre *sunsets*, festas, procissões e reuniões, seguido de um aglomerado de páginas de atas em minuta, e, por fim, mais uma resma de balancetes. Isto para si não era atividade municipal, e uma vez que iria haver uma apresentação do SGQ, fazia uma proposta que podia ou não ser acolhida, sendo que se calhar só a própria é que achava que o documento devia ser melhorado. Neste sentido, entendia que a AM poderia sugerir à qualidade trabalhar um documento com critérios que fossem mais objetivos e que pudessem auxiliar na atividade de órgão fiscalizador. -----

-----Deu em seguida alguns exemplos que constavam na agenda da Atividade Municipal: No dia 13, tinha havido uma reunião com o Presidente e um “JAR” para a apresentação do projeto imobiliário “cobras vivas”, o que não lhe “dizia” nada; no dia 22 de Junho, tinha havido a representação do Presidente no Rotary Club da Quinta do Conde para a cerimónia de Transmissão de tarefas; no dia 23 de Junho, outra reunião do grupo de trabalho da Área Metropolitana de Lisboa; no dia 19 de Julho, a Assembleia intermunicipal da AMRS com o Vereador José polido sobre a GOP e Orçamento de 2022, e 22 de Julho, uma sessão de apresentação do “Doce local da Marina na escola” com a presença do Vereador José Polido também. Disse em seguida que, das duas, uma: ou elencavam questões sobre todos os itens que estavam apresentados nesta agenda, que eram as primeiras páginas do documento, com a exceção dos *sunsets* e dos almoços, porque isso percebia-se diretamente o que era, ou não se fazia perguntas sobre nada e ignorava-se o documento, escusando-se de ter o trabalho de o elaborar, ficando este momento esvaziado do seu nobre propósito. -----

-----De seguida, perguntou o que tinha o Vereador José Polido feito na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) e que GOP’s e Orçamento tinham sido levados a

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

essa reunião. Sugeriu que o Vereador fosse à Comissão Permanente de Administração e Finanças Autárquicas apresentar a monitorização da taxa de execução das GOP's e orçamento da CMS. Perguntou ainda, ao vereador com o pelouro da água e saneamento, num ano de seca severa como este, que situações críticas é que haviam ocorrido durante o Verão. Disse saber que era sempre um momento crítico para Sesimbra com o aumento da população, que praticamente triplicava, e, nesse sentido, queria saber se tinha havido situações críticas, quais tinham sido bem como é que estas tinham sido resolvidas. Por fim, relativamente à ida do Vereador a Cuba do Alentejo, perguntou que interações é que tinham sido estabelecidas entre os 2 concelhos e que mais valia tinha sido trazida de Cuba do Alentejo para Sesimbra.-----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Silvia Montanha** que cumprimentou todos os presentes e disse que sendo esta AM sempre por proposta da CMS, o único órgão deliberativo com competência para a apreciação da política de interesses para o Município, nos termos do regime jurídico das autarquias locais, competia à própria trazer a esta sessão assuntos exclusivamente do foro deste Município, e, enquanto Deputada desta AM, não conseguia esclarecer os habitantes que a questionavam relativamente ao excesso de resíduos na zona envolvente aos ecopontos e contentores do lixo, tais como, resíduos de equipamentos elétricos, de construção e demolição, resíduos volumosos e os ditos monos em toda a periferia de Sesimbra, exceto, na Vila.-----

-----Disse saber que a população não era civilizada e que conforme o regulamento dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, artigos 79º, 80º e 81º, esta recolha seletiva processava-se por solicitação ao Município de Sesimbra e sabia que havia uma linha para a qual a população podia ligar a pedir que fossem recolhidos estes resíduos volumosos. Pelo exposto, esperava o devido esclarecimento relativamente a algumas questões, nomeadamente, quantos fiscais estavam afetos à supervisão e fiscalização da colocação destes resíduos na via pública, visto que, onde a própria vivia, na Boa Água I, na Quinta do Conde, as coisas estavam na estrada onde circulavam os carros. Acrescentou que este verão se havia deparado com sebes enormes que tapavam os ecopontos onde nem conseguia colocar uma garrafa. As sebes tinham um tamanho monstruoso com o qual havia ficado incrédula. As pessoas não conseguiam chegar aos ecopontos, e isto acontecia por toda a Quinta do Conde, e, segundo informação que tinha, também pela Lagoa de Albufeira, Caixas e Alfariam, exceto na Vila de Sesimbra. Desde o verão que era uma situação de lixo fora dos contentores a deitar cheiro.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Perguntou se havia fiscalização a tratar desta situação, visto que estava a ficar descontrolada. Acrescentou que tinha vergonha que viessem outras pessoas de Lisboa ou de outras zonas à sua casa e que vissem a quantidade de lixo que era colocado junto à sua casa. -----

-----Referiu também não saber o que se passava com os camiões-grua e com os funcionários da CM porque não os via há mais de um mês, sendo que era habitual passarem na sua zona. Perguntou se havia funcionários camarários suficientes para dar o devido escoamento dos resíduos urbanos e quais eram as soluções para esta situação que não contribuía para um Concelho limpo e moderno. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado António Marques** que cumprimentou todos os presentes e disse ter duas questões sobre a Atividade Municipal decorrida entre junho e agosto. A primeira era no âmbito das candidaturas ao PRR, que julgava terem sido trabalhadas no âmbito da ação social dirigida às comunidades desfavorecidas. Perguntou se o executivo podia informar sobre quantas candidaturas tinham sido efetuadas, que tipo de investimento e ações estavam contempladas, e qual era o ponto em que se encontravam essas candidaturas, ou seja, como é que estavam esses projetos. -----

-----Disse que o outro tema já tinha sido referido pelo seu colega Pedro Mesquita, contudo, pela sua importância, tinha algumas notas e até porque lhe haviam contactado hoje de Sete Rios sobre a Carris metropolitana. Disse que este era um processo bastante ambicioso que já estava no terreno há mais de 90 dias a funcionar mal e com muitas falhas, sendo que, neste momento, estava a funcionar pior do que os antigos transportes públicos, além das tentativas que vinham havendo para minimizar os prejuízos dos utentes. O certo era que os transportes da Carris Metropolitana eram usados praticamente todos os dias, existindo prejuízo para trabalhadores, estudantes ou utentes de saúde e todos os que necessitavam de se deslocar para cumprir obrigações e horários. Acontecia frequentemente a falta de autocarros que simplesmente não apareciam ou quando apareciam eram de dimensões reduzidas com poucos lugares para as pessoas que estavam à espera. -----

-----Contou que ainda hoje, o autocarro que ia de Sete Rios para Sesimbra às 18h30, tinha saído completo, deixando passageiros em terra, sendo que esses passageiros só tinham conseguido apanhar o autocarro das 20h00 que tinha saído de Sete rios com 7 lugares vagos, chegando a Alcântara completo, e o autocarro seguinte era às 21h30. Acrescentou que, para quem estava a trabalhar ou a estudar fora e saía na madrugada de Sesimbra, julgava que isto era inaceitável e tinham de fazer todos um grande esforço. Neste sentido, pedia ao Executivo Municipal também o envolvimento das câmaras neste projeto para que efetivamente se conseguisse resolver este flagelo dos transportes públicos, sendo que estavam em pleno século XXI e tinham de o conseguir resolver. -----

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usou da palavra o **Deputado João Castanho** que cumprimentou todos os presentes e começou por referir a questão da crise que estavam a passar. Disse que na sessão da AMS de 04 de março, umas das primeiras a que havia assistido, coincidente com o início da Guerra na Ucrânia, tinha sido abordado que estavam a caminhar para o cenário de uma crise económica a grande escala devido à pandemia, à guerra, à inflação e agora ao aumento das taxas de juro, sendo que tinham aqui um “cocktail explosivo”. Isto apesar de há 2 semanas, na Assembleia da Freguesia da Quinta do Conde, alguém da Bancada do PS ter afirmado que não havia crise. -----

-----A questão que queriam deixar aqui ao Executivo era a mesma que tinham feito naquela altura. Perguntou, passados sete meses, qual era o impacto imediato nas contas do Município, se existia algum plano ou folga orçamental que permitisse ajudar as famílias residentes e qual era o contributo que o Município podia ou esperava vir a dar para ajudar face a este cenário. -----

-----Sobre a transferência de competências, disse que também nessa sessão tinham votado a transferência de competências da Administração Central, percebendo que podia haver um défice do financiamento face às responsabilidades, e, por esse motivo, haviam apoiado a não aceitação dessas competências. No dia 1 de abril, tinham sido transferidas de forma unilateral as competências na área da educação que tinha vindo a ser recusada ao longo do tempo, e, nessa altura, haviam percebido que a transferência também iria ter custos diretos que não seriam transferidos. Uma vez que já tinham passado 6 meses, perguntava que balanço podia ser feito até agora e se os valores da transferência estavam a fazer face às despesas, se existia desvio e, existindo, se era razoável face às novas competências e ao poder agora conferido, bem como se o funcionamento estava melhor e mais ágil. No fundo, questionava-se como é que estava a correr. -----

-----Relativamente aos transportes, disse que tinha havido várias reuniões do Conselho Metropolitano, nomeadamente nos dias 14, 22 e 23, e que as reclamações não paravam e que os exemplos expostos pelo Deputado António Marques aconteciam a todas as horas, sendo que quem saía de outras zonas por vezes tinha de ir à estação terminal para conseguir entrar. Por exemplo, um estudante de Sesimbra que estivesse no Monte da Caparica, não conseguia apanhar o autocarro lá para ir para Sesimbra, tendo de ir até Lisboa ou Cacilhas à estação terminal para ter lugar, o que complicava as coisas. À partida, e pela lógica, quem ia de Sesimbra conseguia chegar porque apanhava o autocarro nas estações iniciais, mas no regresso, como os trajetos eram feitos por muitas pessoas para fazer percursos mais curtos, era muito complicado sair de Lisboa para Sesimbra. Esse era o maior problema e se calhar estava na altura de o Executivo e alguns deputados fazerem o teste de, sem marcar, ir apanhar os

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

autocarros para perceberem as dificuldades e conseguirem explicar melhor o que se passava, porque quem sofria era quem apanhava os autocarros. Com o passe Navegante e com o aumento do preço do combustível, as pessoas recorriam cada vez mais aos transportes públicos e as necessidades que existiam há uns anos podiam não ser coincidentes agora, nem significava que estivessem a perder autocarros ou que não fossem o mesmo número, havia era muito mais gente a utilizar os transportes públicos, e esse era o problema.-----

-----Disse que na Quinta do Conde os transportes continuavam deficitários com a ligação das Freguesias e que era difícil para as pessoas e até para os estudantes devido ao número de escolas que existiam e o aumento da população, só havia 6 turmas do 12º ano, havendo muitos jovens que “pelo caminho” começavam a trabalhar, bem como outros menos jovens, sendo necessário os transportes. Perguntou em seguida qual era o resultado das reuniões com o Conselho Metropolitano.-----

-----Sobre a gestão das esplanadas, disse que já tinha sido falado aqui várias vezes que até ao final do ano existiria alteração. Referiu que tinha havido uma reunião no dia 05 de julho com o Vereador Nélson Pólvora e a Vereadora Argentina Marques e queria saber se tinha sido concluída alguma coisa.-----

-----Disse que, à semelhança da Deputada Paula Rodrigues, também tinha ficado com curiosidade em saber se iriam ter comboio. Perguntou o que era a reunião que constava na Atividade Municipal, ocorrida no dia 13 de julho, e sobre a reunião ocorrida no dia 14 de julho sobre a candidatura ao PRR, perguntou qual era o ponto de situação. -----

-----Relativamente à Escola Navegador Rodrigues Soromenho, disse que continuava no impasse, suspensão, e perguntou se havia algumas expectativas do início ou conclusão, ou se havia alguma alternativa caso este adiamento se perpetuasse.-----

-----Sobre a documentação que vinham recebendo nesta análise da Atividade Municipal, sobre a qual já tinham falado muitas vezes aqui, disse que esta tinha uma série de balancetes no meio da documentação que tinham de existir, mas tinham uma leitura complicada. Neste sentido, solicitavam aos responsáveis, caso fosse o Vereador José Polido e o Vereador Miguel Fernandes, que coordenassem com os serviços para que a informação coubesse, pelo menos, só numa página, porque a última coluna estava numa segunda página e um balancete com 20 ou 30 páginas passava logo a 60 páginas e não conseguiam ler a última coluna junto com as outras. Parecia ser uma questão bastante simples, diminuiria o tamanho do documento e facilitaria a sua leitura. Não duplicar de forma direta o documento beneficiaria a todos.

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Vitor Antunes** que cumprimentou todos os presentes e disse querer colocar algumas questões. Uma delas tinha a ver com o ponto de situação das obras na

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Capela de São Sebastião, outra era reiterar a inquietação relativamente ao funcionamento dos transportes e comungar da necessidade de estudar uma solução, porque também já lhe tinha sido colocada a questão sobre uma solução para a passagem do mini bus em frente ao Centro de Saúde. Disse ser verdade que passava a 60 metros, o que para um jovem fazia-se bem, mas para uma pessoa com mais dificuldades, já não era a mesma coisa ou mesmo para levar uma cadeira ou um carrinho de bebé. -----

----- Reiterou também a inquietação relativamente ao ensino secundário e recordou que em agosto do ano passado tinha sido publicado no Diário da República a resolução da Assembleia aprovada por unanimidade e que continha aquilo que seria as soluções em matéria de ensino de ensino secundário para a Quinta do Conde, e recomendava ao Governo a construção da escola secundária, obras de beneficiação da Escola Michel Giacometti, entre outras. Neste sentido, comungava desta inquietação de ver mês após mês e ano após ano, os alunos e as famílias continuarem a enfrentar os mesmos problemas.

----- Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que cumprimentou todos os presentes e disse querer começar esta intervenção pegando num assunto que já tinha sido aqui debatido várias vezes sempre que este ponto ia à Assembleia Municipal e que tinha sido falado hoje, que tinha a ver com o documento entregue da Atividade Municipal, e, neste caso particular, não podia deixar de fazer a crítica de que esta reunião era uma continuação de uma sessão anterior e que na primeira reunião o documento tinha chegado com 48 horas de antecedência. Esta era uma questão para a qual todos deviam de dar o contributo para melhorar. -----

----- Disse crer que a proposta feita pela Deputada Cláudia Mata fazia algum sentido no sentido de se tentar trabalhar com os serviços, até da Assembleia, e no âmbito da certificação, de tentar parametrizar alguma da informação que pudesse ser importante constar para ver se também deixavam de ter esta discussão que era recorrente. Neste sentido, queria deixar uma nota, no bom sentido, que dizia respeito ao resumo mensal apresentado pelo Vereador Miguel Fernandes com umas pequenas anotações e explicações sobre as reuniões em que havia participado, e considerava que esse era o caminho, porque acabava por ser uma informação que, sendo sucinta, acabava por ser mais profunda e esclarecedora para quem vinha comentar o trabalho da vereação e aquilo que era debatido nessas reuniões. Não podia deixar aqui de fazer esse elogio, porque achava que tinha marcado alguma diferença, e se os outros vereadores conseguissem fazer o mesmo, agradeceria. -----

----- Relativamente a outro assunto que também vinha sendo debatido na Comissão de Líderes, disse que não iria colocar perguntas, mas utilizar o seu tempo para a fazer, sobretudo, uma apreciação sobre aspetos eminentemente políticos sobre a atividade do executivo que lhe pareciam relevantes nos tempos

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

mais próximos. Lembrou que no dia 13 de setembro, Mahsa Amini, estava de visita a Teerão quando foi detida pela patrulha da orientação da República Islâmica do Irão, conhecida por polícia da moralidade por alegadamente não usar o véu Islâmico de forma correta e estar a violar o código de vestuário desse país. Nesse dia, foi transferida para uma esquadra com objetivo de ter aulas de reeducação. Horas mais tarde, os familiares foram informados que a mulher tinha sido hospitalizada, e todos sabiam que aos 22 anos, dia 16 de setembro, Mahsa Amini acabara por dar entrada no hospital e falecer, vítima de um ataque cardíaco que as autoridades atribuíram a problemas de saúde. -----

----- Esta trágica morte tinha acabado por resultar nos protestos generalizados que vinham acontecendo em todo o Irão, aos quais todos vinham assistindo, e acreditava que, pelo menos, grande parte, se não todos, se tinham solidarizado com esta luta pelos direitos das Mulheres que tinha deixado este país a “ferro e fogo”. Acrescentou que, dias antes, a 8 de setembro, a Câmara Municipal participara na organização da eleição da Miss elegância 2022. O mundo de Hoje vivia dividido entre a perda de memória e a ascensão de ideais que se consideravam extintos há bem pouco tempo, mas que parecia que estavam apenas hibernados. O vazio de ideias, a ignorância e a sede de protagonismo retiravam por vezes a devida clarividência e permitiam que de ânimo leve se promovessem retrocessos de pensamento pouco condizentes com as sociedades modernas. Este tipo de concursos vinha estando envolto em fortíssimas polémicas em todo o mundo, pelo menos desde os anos 60, desde logo porque a inserção das Mulheres no mercado de trabalho a seguir ao “boom” económico do pós-guerra, havia retirado o estatuto a um concurso que sempre havia evidenciado uma visão instrumental das Mulheres como objeto e símbolo sexual em harmonia com padrões de beleza que eram sempre discutíveis. Pelo contrário, na sequência da Revolução Russa, da Revolução Chinesa e da Revolução Cubana, uma parte da humanidade tinha sido levada a exaltar a faceta da mulher trabalhadora, combativa, construtora de sociedades baseadas nos princípios da sociedade solidariedade e do socialismo. Por isto mesmo, os partidos comunistas, e não só, sempre tinham visto este tipo de concursos como manifestações de decadência política e moral do capitalismo. Isto tudo para dizer que este era um conceito fora de moda.

----- Outro dos motivos de contestação destes concursos tinha a ver com as regras que acabavam por ser muito restritivas, sobretudo no que respeitava aos requisitos físicos, mas também quanto à interdição de alguns comportamentos. Não admirava, portanto, que os requisitos de admissão ao concurso de Miss Elegância que decorreria nesse dia, para além do pagamento de uma inscrição, contivesse limitação de idade máxima de 29 anos, altura mínima de 1.68, ser simpática, não ter sido fotografada ou filmada em nudez explícita, ser solteira, não ser casada, divorciada ou separada, não ter filhos e não estar grávida,

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

possuir beleza de rosto e de corpo, não fumar, consumir bebidas alcoólicas ou namorar durante o concurso. -----

-----Disse haver uma certa má consciência da organização do concurso quando declarava que nesta edição de 2022 se iria testar a flexibilização das regras em vigor para responder às queixas mais frequentes, assinalando-se, porém, que as condições para a eleição de miss portuguesa permaneciam as mesmas, uma vez que a eleita representaria Portugal na Miss Mundo. Não estava em causa a inibição ou proibição da realização deste concurso em Sesimbra, a liberdade também havia servido para isso, mas a sua concretização deveria ficar a cargo exclusivamente de quem tinha interesse na sua realização sem a tutela de um órgão político eleito do poder autárquico. Não estavam em causa os recursos financeiros que havia mobilizado, que até podiam não ter sido muitos ou nenhuns, mas sobretudo a componente deseducativa e simbolicamente negativa que havia envolvido, fazendo apelo a valores também contestados por sesimbrenses de ambos os sexos. Também não estava em causa crucificar as concorrentes, em particular a jovem do Concelho, que tinha participado no concurso. Todas elas se haviam limitado a aproveitar condições geradas por uma organização a que haviam aderido em função de preocupações ou interesses pessoais, obviamente legítimos. Nisto, não havia diferença entre os vereadores da CDU e do PS que tinham estado presentes nesse evento. A oportunidade de aparecer publicamente e recordar aos munícipes que existiam e desempenhavam funções, mesmo quando as iniciativas que promoviam fomentavam a aculturação questionável da população de Sesimbra e afastavam e repudiavam iniciativas como a Miss elegância, mesmo que as ideologias que perseguiam e advogavam estivessem nas antípodas destas realizações. Disse crer que não valia tudo por uma boa fotografia. Não se podia defender e exaltar os direitos e as liberdades das Mulheres à luz dos recentes acontecimentos do Irão de manhã e à tarde promover e participar ativamente num concurso de Misses.

-----Outro aspeto que gostaria de falar e que saía fora do período que estavam a apreciar, mas que entendia fazer sentido trazer a esta Assembleia, tinha a ver com o facto de ontem, dia 12 de outubro, ter sido votado em reunião de Câmara os contratos de urbanização para a zona sul e norte da Mata de Sesimbra, que tinham sido, curiosamente, apresentados aos vereadores 24 horas antes dessa votação. Sobre este assunto havia algumas considerações que não queria deixar de fazer, até porque sabiam que este era um assunto que despertava particular interesse, nomeadamente, que era inaceitável a pressão exercida sobre os vereadores do PS, com pressão no sentido de os amarrar a decisões passadas, como se o mundo em 2022 fosse igual ao mundo em 2008 ou em 2010 e como se a liberdade de escolha dos agora eleitos estivesse comprometida com as decisões passadas, a não ser que isto fizesse parte do acordo de

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Vereação, que não conhecia; a inversão dos princípios básicos do ordenamento do território, tomar decisões sobre a pequena escala, como os planos de urbanização, condicionando os planos de maior escala como PDM, não fazia sentido, pois deveria ser precisamente o inverso; avançar agora quando a nova geração do PDM, que estava em elaboração, previa por imposição legal, uma redução de 50% da carga construtiva. -----

-----Referiu que já iam no terceiro promotor, sendo que o primeiro tinha sido uma entidade chamada Pelicano, cujo um dos cartões de visita tinha sido um empreendimento turístico em Palmela que tinha tido bastantes problemas ao nível da construção. Depois havia passado para o promotor Green Woods, do qual não se conhecia nenhuma obra, e agora o promotor Magna woodlands SA, uma empresa criada em 2 de dezembro de 2020 e sem nenhuma obra reconhecida, com capital social de 50.000,00€, mas que, de acordo com o contrato, iria prestar garantias no valor de até 12.000.000,00€ para a construção das infraestruturas, e não conseguia perceber a urgência. Este era um daqueles casos em que tudo tinha começado torto, continuado torto e depois era tudo decidido à pressa e não parecia que fizesse sentido nenhum. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Ricardo Mendes** que após cumprimentar todos os presentes, disse que gostaria de trazer dois assuntos à Assembleia Municipal, o primeiro, era relativo ao programa de remoção de amianto das escolas, sendo que o GM do Partido Socialista ainda este mandato, em Abril, havia perguntado à Vice-Presidente, Felícia Costa, o motivo do adiamento e o porquê não terem assinado o protocolo na altura com o Governo do Partido Socialista, à qual inclusivamente a Senhora Vice-Presidente havia apelidado de uma assinatura *show off*, e o GM do Partido Socialista tinha tentado perceber os motivos. Na altura tinha sido referido, nessa mesma Assembleia, que um dos motivos estava relacionado com o preço de referência que constava na portaria, bem como a questão da espessura da cobertura dos painéis sanduíche. Nesse sentido, tinham requerido informação aos serviços para perceber qual tinha sido a comparticipação por parte dos fundos comunitários e do Governo, porque muitas vezes criticava-se o Governo do Partido Socialista e não se percebia muito bem o porquê, sendo que neste caso em específico tinha havido um investimento total de 737.000,00€ do qual apenas não tinha sido comparticipado 27.000,00€ para a Escola Básica Integrada da Quinta do Conde. Ou seja, concluíam assim que apenas 3,72% do investimento que estava alocado para a remoção do amianto nas escolas do segundo e terceiro ciclo e ensino secundário do Concelho de Sesimbra, não tinham sido contemplados pelo programa. Neste sentido, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, face a estes dados, o porquê do adiamento quando outros concelhos ao lado de Sesimbra tinham feito a remoção mais cedo, e o

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

porquê de não ter sido assinado o protocolo na altura com os 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----A segunda questão estava relacionada com a recomendação que tinha sido aprovada por maioria relativa em junho, relativamente ao Conselho Municipal da Juventude. Isto também vinha no decurso de uma reunião de Câmara onde o Vereador Miguel Fernandes havia questionado o Presidente relativamente à implementação do Conselho, na qual o Senhor Presidente tinha dito que iria remeter para os serviços, neste caso, para o Departamento da Juventude e também, juntamente com a Associação Zbigens. Nesse sentido, gostaria de perguntar em que estado é que estava ou se já tinha havido conversações no sentido de se avançar para a regulamentação e para a respetiva implementação. Por fim, disse que o Senhor Presidente podia ter uma opinião diferente da sua e divergir nesse espeto, mas tinha ficado claro no Fórum da Juventude que era necessário um órgão complementar àquele que existia atualmente. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e disse que a primeira questão que tinha para colocar tinha-lhe sido veiculada por um município, antigo membro da Assembleia Municipal e a quem saudava, Lobo da Silva. Era uma preocupação que o próprio acompanhava, embora não tanto em pormenor e julgava que os colegas da Assembleia e, obviamente, os municípios da Quinta do Conde acompanhavam muito mais de perto esta situação que tinha a ver com o Plano de Urbanização da Quinta do Conde. Era um plano de urbanização de 2006 que estaria em revisão, e a questão era, caso não estivesse em revisão, quando é que estaria e o que é que se iria passar em relação a este plano que, sendo de 2006, era um pouco antiquado. Acrescentou que este município apesar de já não estar na AMS mantinha-se interessado e, nesse sentido, queria saudá-lo, especialmente por causa disso. -----

-----Disse que partilhava de algumas questões que já tinham sido colocadas, nomeadamente sobre a ferrovia para Sesimbra, se iriam ter TGV's, que julgava que não e mesmo que fossem ter outras alternativas à TGV julgava merecer uma apreciação bem fundamentada, bem como a questão do aterro do zambujal, sobre a qual não tinha nenhuma informação, mas poderia eventualmente a Câmara ter. ---

-----Relativamente à Atividade Municipal, sobre o projeto imobiliário designado de "cobras vivas" ou que tinha cobras vivas, disse que isto o preocupava, mas gostava de saber um pouco mais sobre este projeto. -----

-----Relativamente à reunião com as Infraestruturas de Portugal sobre a barreira dinâmica na encosta, perguntou qual era a encosta, embora acreditasse ser a encosta do Porto de Abrigo, e sabia de

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

experiência, pela sua observação, que de facto ela estava danificada, e uma vez rompida tinha de ser substituída e não arranjada. Nesse sentido, queria informações sobre esse assunto. -----

----- Referiu que era eventualmente extemporâneo e não se justificava falar aqui, até porque que a Assembleia Municipal iria abordar este assunto com mais detalhe, mas queria saber em que ponto estavam relativamente às Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril que seria daqui a pouco mais de 1 ano e meio. -----

-----De seguida, dando notas um pouco mais pessoais e na sequência da intervenção do Deputado Carlos Macedo, disse que desconhecia a realização do evento Miss elegância e partilhava completamente na totalidade da intervenção feita por este. Achava que havia uma contradição que tinha sido bem exposta na sua intervenção entre a indignação que causava uma situação como a que se havia passado no Irão e a que se vivia ainda hoje, e este tipo de eventos sobre os quais, na verdade, não via qualquer utilidade ou propósito.-----

-----Também na sequência da intervenção do Deputado Carlos Macedo sobre a reunião de Câmara de ontem, disse que, na verdade, depois de 15 de fevereiro de 2008 e de 18 de janeiro de 2012, tinha sido mais 1 dia negro para a sustentabilidade deste Concelho com a aprovação, por unanimidade, destes contratos de urbanização das matas Norte e Sul. Desconhecendo, contudo as declarações de voto, que tinha algum interesse em ver, produzidas pelos 6 dos vereadores que haviam votado. -----

----- Recordou que em 15 de fevereiro de 2008 tinha sido aprovado nesta Assembleia Municipal o Plano de Pormenor da Mata Sul e a 18 de janeiro de 2012 aprovado nesta Assembleia Municipal o Plano Pormenor da Mata Norte, que para si eram marcados, no calendário deste século, como dias negros para a sustentabilidade ambiental deste Município. Acrescentou que ontem ao ter a possibilidade de ler, um pouco na diagonal, e não sabia se tinha chegado aos vereadores com 24 horas de antecedência, alguma desta documentação, e tinha-lhe parecido estar a ver um filme do século XX. Portanto, continuavam a viver nos padrões, nos raciocínios, na forma de encarar o planeta e o ambiente, no limite. Acrescentou que já estavam no 22º ano do século XXI e que os paradigmas e a forma como olhavam para o planeta, para o seu estado ambiental e para a sustentabilidade ambiental não tinha absolutamente nada a ver com aquilo que tinha sido ontem aprovado, sendo que não conhecia em grande detalhe tudo o que tinha sido aprovado, mas verdadeiramente permitia classificar o dia de ontem como mais um dia negro para a sustentabilidade ambiental deste Município, infelizmente, em nota pessoal, voltava a dizer, votado por unanimidade por este executivo. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** para que prestasse os devidos esclarecimentos. Este cumprimentou todos os presentes e justificou a ausência da Vereadora Argentina Marques e da Vice-Presidente Felicia Costa.-----

-----De seguida, disse ter percebido que tinha havido algumas alterações do ponto de vista regimental que estavam a ser testadas, nesse sentido, perguntava se estava ou não previsto a cedência de tempo à Câmara Municipal se fosse necessário.-----

-----O **Presidente da AMS** disse que na revisão do Regimento não tinham acautelado ainda essa situação e estavam a ser apanhados de surpresa por esta questão, mas também numa ronda rápida com os líderes se conseguiria aferir essa questão.-----

-----Usou novamente da palavra o **Presidente da CM** que, relativamente ao processo de requalificação do Cabo Espichel, disse que neste momento estavam a aguardar uma avaliação por parte da Diocese de Setúbal a uma proposta feita pelo Município de Sesimbra e pelo Turismo de Portugal que tinha a ver essencialmente com a possibilidade de alteração do regulamento de uso do terreiro, que era propriedade da Confraria de Nossa Senhora do Cabo de Espichel, tendo sido este identificado como um dos fatores penalizadores para que qualquer promotor pudesse ir a concurso. O que estava visto entre as três entidades, o Turismo de Portugal, o Município de Sesimbra e a Diocese de Setúbal que representava a Confraria, era que seria lançado um novo concurso estando a Diocese a aguardar também a chegada do seu responsável máximo para poder decidir sobre esta matéria. -----

-----Sobre o Centro de Formação Formar, disse que não havia nenhuma informação. Desde os últimos contactos que haviam realizado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), em que seria colocado o imóvel na mesma lógica que tinha sido colocado o antigo dispensário pela ARS e o colocado pela Direção Geral de Tesouro e Finanças (DGTF) relativamente à Casa do Infantado, a informação que tinham recebido da DGTF era que o IEFP ainda não tinha respondido à solicitação da DGTF, sendo que o imóvel ainda não podia ser incluído na listagem de imóveis passíveis a passar para a gestão do Município. --

-----Quanto ao aterro do Zambujal, disse que vinham pressionando, não todos os dias, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) porque estava a decorrer um estudo sobre as condições do aterro, e a última informação que tinham da CCDR era que ainda não estava concluído e que assim que estivesse seria comunicado à Câmara Municipal de Sesimbra.-----

-----Sobre o início do ano letivo, disse que havia decorrido de forma normal e que a Vice-Presidente era a melhor pessoa para responder a esta questão, que também tinha sido levantada na reunião de Câmara. Acrescentou que tinha havido alguns problemas também com a questão dos transportes e que

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

tinham tido de ser feitos acertos de algumas carreiras face ao pouco tempo que tinha existido, não descorando a responsabilidade da TML, entre a entrega dos horários escolares para que toda a equipa preparasse esta articulação com a TML. Dizia isto para que todos percebessem que, no que respeitava ao 2º e 3º ciclos e ensino secundário, em cada horário e em cada turma tinham de ter informação de todos os alunos e do local de residência, sendo que com base na informação dos horários de entrada e de saída, tinham de acertar todos os horários com a TML. Acrescentou que tinha havido uma escola que inclusivamente tinha entregado os horários com pouco mais de uma semana de antecedência à entrada de funcionamento do período escolar. -----

-----Disse haver também informação de que algumas escolas ainda não estavam com a totalidade do número de professores, contudo, em menor número do que havia acontecido no ano passado. -----

-----Sobre a Escola Navegador Rodrigues Soromenho disse ter tido a oportunidade, esta manhã, de tentar um contato com a administração da empresa que tinha ganhado o concurso. Tinha havido uma suspensão que a Câmara havia aprovado, a pedido da empresa, entre abril e 19 de setembro, sendo que as obras deveriam de ter reiniciado a 19 de setembro, o que não aconteceu. Referiu que a empresa que estava a construir a unidade de saúde era das empreitadas que, na opinião da equipa técnica do Município, vinha correndo da melhor forma do ponto de vista do relacionamento entre o empreiteiro e o dono da obra. Na altura do concurso tinham ficado algo satisfeitos por a empresa ter concorrido e ganho, sendo que tinha sido a única empresa com o preço abaixo do preço base. -----

----- Disse que, neste momento tinham todos os motivos para invocar uma rescisão da adjudicação à empresa, e vinham estando sempre com esta reticência no sentido de que se isso acontecesse e não houvesse uma empresa em segundo lugar, teriam de lançar um novo procedimento, e lançar um novo procedimento com esta dimensão era um atraso de mais um ano ou um ano e meio. -----

-----Referiu que estavam a fazer as démarches e que o contato tinha sido feito esta manhã com a administração da empresa ABB, da qual tinha obtido a garantia verbal de que no dia 2 de novembro estariam em condições de reiniciar a empreitada e a obra. Disse achar que tinham de ter algum equilíbrio entre a rescisão do contrato, que nem sequer tinha iniciado, e alguma condescendência com a situação atual, porque percebiam que existiam dificuldades de recursos humanos em todas as empreitadas que estavam a decorrer pelo Concelho de Sesimbra e cujo município era o dono da obra. Em todas elas existia dificuldades, quer do ponto de vista de matéria-prima, quer do ponto de vista de recursos humanos. Neste sentido, estavam a ter alguma condescendência no sentido de perceber se até ao final do ano teriam condições para a empresa reiniciar, sendo que a informação que tinham era que também se

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

equacionaria que grande parte da equipa da obra do centro de saúde seria realocada à construção da Escola Navegador Rodrigues Soromenho. -----

----- Relativamente ao ensino secundário da Quinta do Conde disse não haver nenhuma novidade, portanto, não podia adiantar mais nada. Havia um pedido de reunião desde o início do mandato para abordar esta matéria, mas ainda nem sequer tinham tido resposta, portanto, não parecia que fosse haver alguma novidade nos próximos tempos. -----

-----Sobre o Centro de vacinação de Sesimbra, disse que tinham questionado também o ACES Arrábida sobre esta matéria há umas semanas. Referiu que não conseguia calcular os custos e que o que podia dizer era que a equipa da Proteção Civil garantia o controlo de acessos ao centro de vacinação quando estava aberto e que muitas das vezes era a CM, sobretudo na deslocação entre a Quinta do Conde e Sesimbra, que atribuía o transporte sempre que havia esta necessidade e era solicitado diretamente pelo ACES. Tinham também a equipa que fazia o acompanhamento, os profissionais de saúde que estavam no ACES, nas próprias instalações. Acrescentou que não sabia precisar os custos que isto representava. Sabia que havia estes custos de facto, mas havia um custo que, sendo indireto, também tinha pesado na interpelação que tinham feito ao ACES Arrábida, que tinha a ver com o facto de terem uma sala de desporto ocupada e terem dificuldades em gerir tempos e espaços desportivos cobertos no Concelho, particularmente entre as freguesias de Castelo e Santiago. De facto, tinham um centro de vacinação neste momento a funcionar entre a vacinação Covid e também a vacinação da gripe para os mais idosos em Sesimbra, que trabalhava um dia por semana ou meio-dia por semana ou dois dias no máximo, muitas vezes sabendo-se quase de véspera ou dois dias antes quais eram os dias que iriam trabalhar. Na sua opinião, deveria ser transferida para cada uma das unidades de saúde esta vacinação. -----

-----Disse ainda que o Município tinha poderes, até porque estavam a falar de uma instalação que estava sob gestão municipal, para dizer que não queriam lá nada. Portanto, havia um pedido diretamente da ARS e da Comissão que acompanhava a vacinação de manter, para já, não só o de Sesimbra, como todos os outros que fossem possíveis, em situação de alerta, não sabendo se haveria necessidade de haver novo reforço de vacinação sobretudo no início desta época, Outono-Inverno, mas manter em suspensão, mesmo com esta vacinação menos regular para uma eventual necessidade de futuro. -----

-----Relativamente às questões sobre o Centro de Saúde Sesimbra, disse que se tudo corresse bem, terminaria até ao final do ano/início de 2023. Portanto, mesmo que houvesse alguma “derrapagem” já



Assembleia Municipal de Sesimbra

em *redline*, a obra estava a andar bem. Tinha havido ali um atraso mais na parte do início das especialidades, mas já tinha recuperado.-----

-----Quanto ao Centro de saúde da Quinta do Conde, referiu que tinham tido ontem várias deliberações da CM e tinham-se esquecido desta, que era, para si, das mais importantes para a população, nomeadamente da Freguesia da Quinta do Conde. O Município tinha aceitado fazer, mais uma vez, um protocolo com a Administração Regional de Saúde, assumindo a responsabilidade da construção da nova unidade de saúde da Quinta do Conde e a respetiva submissão a uma candidatura do PRR, que havia feito em tempo *record*, sendo que a equipa técnica tinha conseguido preparar todas as peças para a candidatura em tempo *record*. Acrescentou que o projeto ainda era um estudo prévio, mas ARS iria fornecer o projeto de execução. Estavam a falar de uma obra estimada, em números redondos, em 1.500.000,00€, em que, uma vez mais, o Município assumiria que se houvesse uma derrapagem assumiria responsabilidades do seu financiamento. -----

-----Sobre a questão da Lagoa de Albufeira, relativamente ao desassoreamento, disse não haver nenhuma novidade e que achava que todos os partidos políticos, sem exceção, vinham fazendo démarches para que pudesse existir uma resposta por parte da tutela relativamente a esta matéria. O próprio vinha contactando com o Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para poderem reunir rapidamente e perceber o ponto da situação sobre o projeto de desassoreamento e a abertura definitiva da Lagoa de Albufeira que estava na última informação a terminar a declaração de impacto ambiental e, portanto, não tinha mais nenhuma informação sobre esta matéria. -----

-----No que respeitava à ferrovia e infraestruturas, disse que não estava prevista nem ferrovia ligeira nem ferrovia pesada para o Concelho de Sesimbra. Admitia-se, em tese, exclusivamente em termos de estudo, a possibilidade de extensão do metro sul do Tejo, mas estavam até ao final da década 2030 a estudar essa possibilidade, particularmente com uma ligação à Quinta do Conde ou a possibilidade de uma via BRT que substituíria hoje também, sobretudo, os metros de superfície.-----

-----Sobre a questão da TML e da Carris Metropolitana, disse que uma coisa era ouvir o Presidente da Câmara que estava em contato permanente com a AML e com a TML relativamente aos problemas, mas parecia que estavam sempre a ouvir o mesmo indivíduo quase a justificar os problemas quando não tinham muitas vezes de os justificar. Neste sentido, sugeria, conforme já tinha acontecido noutras assembleias, até com problemas bem mais graves do que o problema de Sesimbra, que já tinha estado pior do que estava hoje, a AML e a TML estarem disponíveis para ir a uma sessão explicar qual era o problema que tinham neste momento em mãos de forma fundamentada e explicitada. Deixaria assim o

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

repto para que, fosse em sede de comissão, fosse em sede de plenário, a AMS pudesse ouvir o Conselho de Administração da TML, mas não valia a pena “meter a cabeça na areia” porque o Conselho de Administração da TML fazia aquilo que os 18 municípios da AML decidiam. -----

-----Disse que tinham um processo que tinha começado mal, sem dúvida nenhuma, que o lote 4 estava bem pior do que o lote 3, e notavam isso pela carreira mais impactante dele, a carreira Sesimbra-Setúbal, que era efetuada pelo lote 4. A informação que tinham era que não havia um dia, de há vários dias a esta parte, que não houvesse supressão de autocarros, e isto estava a acontecerem em todos os concelhos abrangidos pelo lote 4. O lote 3 neste momento, tinha muito menos índice de reclamações e preocupações, sendo que estava a haver, só pontualmente, supressões, muito longe daquilo que se tinha assistido na segunda quinzena de Agosto. Portanto, desde o dia 15 de setembro, com o início do período escolar, tinha melhorado bastante o serviço prestado. -----

----- Relativamente à questão que se colocava de que os TST eram melhores, disse que quem prestava o serviço era os TST e mais ninguém, a diferença era que há um ano tinham toda a liberdade para retirar carreiras e meter carreiras “sem dar cavaco” aos municípios, e agora recebiam, ou deixavam de receber quando não faziam, por quilómetro efetuado de transporte. Portanto, os TST tinham toda a vantagem em prestar o serviço dos quilómetros, porque se não o prestassem também não recebiam. -----

-----Disse que o problema existia e estava identificado. Todos sabiam e os municípios e a TML tinham de admitir que tinham dificuldades em resolvê-lo, não tinham de se esconder atrás de uma responsabilização que era de todos, e, neste momento, havendo melhorias significativas, havia particularmente duas questões que os preocupavam. A primeira questão tinha a ver com uma linha muito específica, que era 3721 com o percurso Sesimbra - Sete Rios, porque havia um aumento do número de pessoas a utilizar a carreira, e as pessoas muitas vezes esqueciam-se que o esforço dos municípios tinha começado, não com a oferta do transporte rodoviário, mas com a redução do passe, que tinha feito com que, felizmente, muita gente entrasse no sistema, tendo passado de mais de 100€ euros para 40€ ou 30€, se fosse passe municipal, em todos os municípios. Acrescentou que Lisboa agora estava a colocar um pouco em causa os restantes municípios porque tinha tido umas medidas que nenhum dos restantes municípios estava neste momento em condições financeiras de acompanhar, e vinha sendo articulado entre todos. -----

-----Continuou a explicar que a carreira Sesimbra – Sete rios, vinha tendo muita procura e pouca oferta, porque as frequências que existiam eram curtas para as necessidades que existiam de procura por parte de utentes, mas também não deixavam de reconhecer que havia provavelmente um erro

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

contratual, sendo que deveriam ter sido invocadas para determinadas linhas, e esta era uma delas, que não era caso único no lote 3, veículos com uma capacidade superior àqueles que hoje tinham. Os veículos eram todos de capacidade muito idêntica, entre 40 e 50 lugares, as linhas tinham chegado a ser feitas com veículos de 60 e de 70 lugares, o que minimizava, obviamente, este impacto com os TST. Neste momento tinham este problema que estava a ser resolvido com o aumento das frequências paulatinamente, e tentavam manter o cuidado de que se aumentasse frequências, mas que houvesse garantia, porque já tinha havido falhas, de que esse aumento de frequências não tinha falhas de supressões, e, embora ninguém na TML nem do Município tivesse feito referência a isto, mas sempre que fosse possível e que houvesse disponibilidade de recursos humanos nas horas de ponta, fosse no circuito de Sesimbra - Sete rios, fosse no regresso Sete rios – Sesimbra, que fossem feitos dobramentos. Isso não estava a ser anunciado porque nem sempre existia desdobramentos. -----

----- A segunda dimensão de preocupação que tinham, era neste momento estarem amputados de um conjunto de linhas e respetivas frequências que faziam parte do contrato. Uma delas era uma linha que estava prevista há muito tempo, identificada no estudo da W2Go, em que o Município de Sesimbra também havia investido muito, que era a linha Sesimbra – Coina, que nunca tinha existido e que era a linha fundamental para fazer a ligação via Fertagus para a margem norte. Era a linha que tinha o maior espectro horário, começando mais cedo e terminando mais tarde, tinha mais frequências e poderia ou não desanuviar a pressão sobre a linha 3721. Essa linha estava prevista começar em outubro, mas não havia condições para começar a funcionar, sendo que esperavam que até dia 1 de janeiro, que era o *deadline* dado, pudesse eventualmente iniciar funções. Se essa linha iniciasse funções, teriam condições para poder aferir se justificava ou não aumentar as frequências da 3721 e diminuir, obviamente, as frequências da linha Sesimbra - Coina. Ou se, pelo contrário, aquela linha dava resposta eficiente a quem queria sair do Concelho, particularmente com destino à margem Norte. Acrescentou que, para além dessa carreira, também não estava em funcionamento a carreira de Alfarim – Coina, bem como a carreira Meco – Coina. -----

----- Disse que, não imputando culpas a ninguém, no início da operação, quando os 3 presidentes dos municípios de Sesimbra, Seixal e Almada tinham aceitado iniciar com a TML e com o Conselho de Administração desta, a operação do lote 3 amputada de um conjunto de carreiras, sabiam à partida que teriam estas dificuldades, mas não sabiam à partida era que depois, a meio de um percurso, a partir de 1 de Julho, houvessem supressões das carreiras que os próprios TST tinham dito a todos que tinham condições para fazer, nomeadamente, ao Conselho de Administração, mostrando evidências do número

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

de motoristas que tinham disponíveis e do número de autocarros que estavam adquiridos que tinham confirmado ser mais do que suficientes. Referiu que na altura, o próprio, tinha dito que em Sesimbra despenderiam para esta fase, em 1 de julho, o Mini Bus da Quinta do Conde porque era preferível manter maior frequência, ou pelo menos uma carreira com o percurso Sesimbra - Coina, que era aquela que iria fazer mais falta. Mas isto estava tudo preparado ao milímetro face ao número de motoristas que existiam, sendo que também sabiam da dificuldade em arranjar motoristas porque a própria Câmara Municipal tinha dificuldade em contratar motoristas neste momento. Acrescentou que a responsabilidade era da empresa prestadora do serviço que não o prestava, mas sabiam que era difícil. Longe de si defender a empresa TST, até porque já tinha tido vários “desaguisados” e até algumas ameaças em tempos atrás de processos em tribunal, mas reconhecia que vinham fazendo um esforço com as câmaras municipais para resolver os problemas. -----

-----Referiu que na empresa eram mal pagos e que os salários, de uma forma genérica, eram baixos no país, mas a empresa tinha conseguido dentro das 4, sendo que 2 delas ainda nem sequer tinham entrado em funcionamento na margem Norte, os acordos coletivos com remuneração base com os 3 sindicatos dos motoristas e diziam que se quisessem “piscavam o olho” aos motoristas do lote 4 e iam lá buscar motoristas, mas não podiam resolver o problema de Sesimbra Almada e Seixal à custa de Setúbal Palmela, Montijo e Alcochete. Havia solidariedade entre todos e todos sabiam os problemas, e as dificuldades destes municípios eram muito maiores neste momento do que Sesimbra. -----

-----Numa perspetiva muito ideológica, a perspetiva era que a 1 de janeiro, pelo menos, mesmo que não estivesse a funcionar tudo o que estava previsto contratualmente, estivessem estabilizados os serviços efetivos e necessários à população que neste momento já eram mais do que aquilo que existia com os TST. Havia mais frequências, mais linhas, mais circuitos e mais viaturas quilómetros/ano neste momento a funcionar no Concelho de Sesimbra. Podiam não ser efetivamente aqueles que faziam falta cada um dos utentes e isso era preciso resolver, e a 01 de janeiro iria haver um “teste de fogo” que era preferível, se calhar, adiar mais tempo, que era as duas operações mais pesadas, nomeadamente o lote 1 e o lote 2. -----

-----Disse que achava que esta operação tinha sido revolucionária do ponto de vista da mobilidade, do preço ao alcance dos rendimentos das famílias e do reflexo também na operação Rodoviária e que o que não tinha funcionado nas “peças do puzzle” era as empresas privadas que se tinham contratado, mas que tinham na esfera pública, sendo possível ao município hoje dizer que queriam que passasse no centro de saúde, e fazer essa avaliação, não dependendo da empresa que recebia ao quilómetro. Assim,

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

se decidissem que era preferível aumentar a frequência de Sesimbra - Coima, era possível fazê-lo porque não dependiam da empresa que prestava o serviço. Mas havia hoje quem defendesse, face a esta falência que tinha existido, que se devia retroceder para aquilo que tinham anteriormente, que era deixar que concessionária e as empresas resolvessem, mas o caminho tinha de ser, se calhar, a própria TML assumir o carácter Público da própria empresa e contratar os motoristas e os autocarros, o que até estava contratualmente previsto. -----

-----Concluiu dizendo que preferia que se mantivessem firmes nesta operação com o seu carácter público do que dar azo a que alguns, como já tinha acontecido, até eleitos locais de algumas forças políticas, defendessem que era preferível retroceder. A esperança era que, de facto, a 01 de janeiro as coisas estivessem ligeiramente melhores.-----

----- Sobre as questões dos documentos da Atividade Municipal, disse estar perfeitamente de acordo. Fazia só a ressalva de que a Câmara Municipal estaria disponível para rever, mas era a Assembleia Municipal que deveria dizer que informação queria ter disponível, porque a informação que constava agora não era nem mais nem menos do que a informação que a Assembleia Municipal havia entendido que deveria vir em períodos anteriores, e a Deputada Cláudia Mata também estava a exercer funções no executivo municipal quando a Assembleia municipal havia exigido a comparação dos balancetes com o período homólogo do ano menos um, solicitação que tinha vindo muito da Bancada do Partido Socialista. -

-----Relativamente à questão de recolha de resíduos, disse que passaria depois a palavra ao Vereador José Polido, se houvesse tempo. Contudo, reconhecia que neste momento tinham dificuldades pelo facto de estarem 6 viaturas Grua paradas porque trabalhavam 24 sobre 24 horas, e dos 7 ou 8 carros de lixo, estavam sempre disponíveis 4 porque trabalhavam 24 sobre 24 horas. Acrescentou que, faltava pessoal e precisavam de fiscalização porque a GNR não fazia fiscalização sobre o regulamento municipal e era quase impreterível apanhar as pessoas em flagrante delito porque era andar um bocadinho à caça a ver se apanhavam uma agulha num palheiro, mas era um facto. Este era um problema transversal a todos os municípios, portanto, quem vinha de Lisboa, quem vinha de Almada ou do Seixal, tinha exatamente o mesmo problema à porta, sendo que Sesimbra até tinha alternativas para grande parte das empresas que o pudessem fazer. Infelizmente, no último mês e meio, as coisas tinham piorado, ainda por cima num período que saía da época alta, quando ainda existia uma grande pressão sobre o território, porque os meios tinham falido todos ao mesmo tempo. -----

-----Disse que recebia todos os dias, dos serviços, queixas sobre os monos e verdes e que não era só na Quinta do Conde, mas em todo o Concelho, sendo que em Sesimbra esta questão até se verificava

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

muitas vezes junto à marginal, se calhar nas mesmas quantidades, mas com outro tipo de resíduos, mas aquilo que viam muitas das vezes era que passado 1 hora, 2 horas, 3 horas ou no dia seguinte, tinham exatamente a mesma coisa. Também já se tinham apercebido que muitas vezes eram empresas que o faziam e isso é que era grave.--- Por fim, disse que percebiam a questão, que esta estava identificada e que com certeza trabalhariam para reabilitação.-----

-----No que respeitava às candidaturas ao PRR, sobre as comunidades desfavorecidas, disse que tinham sido feitas duas candidaturas e que era previsto que o Município de Sesimbra, no sistema de perequação com os 18 municípios, ficasse com cerca de 4.000.000,00€ de investimento. Era uma candidatura integrada, tinha ações materiais e imateriais. 60% e 30% do investimento tinha de ser em ações imateriais, sendo que não podia ser em investimento físico. Acrescentou que depois, no sistema de perequação, se tinha conseguido ir buscar mais alguns municípios por forma a fazer 5.500.000,00€, permitindo que houvesse, à escala do território, duas Freguesias e 2 candidaturas, se não teria de ser apenas uma candidatura.-----

-----Referiu que o montante mínimo da candidatura era 2.750.000,00€ e que tinham feito duas, uma para a Freguesia do Castelo e outra para a Freguesia da Quinta do Conde, que previa um conjunto de investimentos, alguns deles que já tinham alguma maturidade em termos de projeto, outros nem tanto. Acrescentou que não estavam perante um “mix” de equipamentos e de ações sobre as quais pudessem decidir o que queriam ter. Tinha de ser tudo consertado numa estratégia que começava à escala de 3 municípios, nomeadamente, Sesimbra, Setúbal e Palmela, sendo Setúbal a líder da candidatura. Eram 4 bairros e Setúbal e Palmela só iam “a Jogo” com uma freguesia com um montante máximo de 5.000.000,00€, Setúbal para a construção de uma escola e Palmela para a Freguesia de Poceirão. Acrescentou que tinha de ser integrado na sua globalidade e à escala do território da freguesia e também integrado no espírito de ações de valorização daquilo que podia ser a supressão das comunidades desfavorecidas. Estava uma candidatura pensada sobretudo para os bairros sociais e tinha-se abrangido mais para a área da freguesia. Portanto, havia um conjunto de investimentos previstos, quer de ações materiais e imateriais.-----

-----Disse que a apreciação tinha sido feita também em tempo *record* e que tinham tido presente, do ponto de vista das ações imateriais, o que viesse a acontecer com financiamento a 100%, do impacto que o município teria pós 2026, que era quando terminava o financiamento, e do impacto que teria para as contas do Município, porque se fossem meter aqui um conjunto de ações que podiam ter áreas como a capacitação das Comunidades, atividades culturais dedicadas sobretudo àquela Comunidade,

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

acompanhamento técnico e procura de emprego ativa pagas via PRR, tinham de ter a perceção clara de que no pós PRR elas poder-se-iam assumir um encargo suplementar àquilo que era os capitais próprios e o orçamento exclusivamente municipal. Portanto, tinham tido sempre presente que algumas delas deviam ser datadas no tempo e outras até deveriam ser algum “refrescamento” e adaptação de algumas ações que já tinham, adaptando também a estas mesmas comunidades. -----

-----Relativamente à crise que estavam a passar e a folga orçamental, disse que neste momento não conseguia dizer qual era a folga orçamental que iriam ter no final deste ano, se ela existisse, que admitia que sim pela boa execução do orçamento da receita. Não tinham uma previsão nem um plano previsto, porque não estavam a falar à escala de um governo da nação, mas à escala do Município. -----

-----Referiu que o Município tinha saído também do momento que havia acompanhado do conjunto de medidas no período Covid, quer do ponto de vista das famílias, quer do ponto de vista das empresas, que era sempre discutível se tinham sido as suficientes, se tinham sido de mais ou de menos e se deviam ter sido aquelas ou outras, e, se houvesse necessidade, acompanharia também no período que pudesse existir de alguma dificuldade, sobretudo as famílias. Mas, mais do que tudo, o regulamento que se havia aprovado, que já era do conhecimento da AM e que estava neste momento em discussão pública, era um instrumento fundamental para que se pudesse, por um lado, contribuir para um sinal de redução dos encargos dos impostos diretos do município e, por outro, ao nível da disponibilização de prédios ou frações para o mercado de arrendamento de primeira habitação, que tinha de ser o valor da renda acessível ou da portaria do valor das rendas condicionadas que estavam previstas atualizar de 6 em 6 meses pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), que eram rendas já com algum valor considerável, admitindo que pudessem existir proprietários que entrassem nesse espírito dos benefícios fiscais e atender àquilo que era uma necessidade do mercado de arrendamento de longa duração. -----

-----Sobre a transferência de competências, disse não ter as contas e que se a Assembleia solicitasse formalmente, com certeza que os serviços enviariam. Contudo, do conhecimento que tinha, o que podia dizer era que do ponto de vista de funcionamento e de relacionamento, não funcionava mal. O relacionamento da Câmara com os agrupamentos sempre tinha funcionado bem. Não podiam esquecer que aquilo que, no quadro da autonomia de cada um dos agrupamentos, esta Assembleia tinha aprovado os acordos da descentralização para os próprios diretores dos agrupamentos nas matérias que eram passíveis de ser descentralizadas. -----

-----O que podia dizer neste momento era que as coisas funcionavam bem, às vezes algumas questões estavam por limar. O problema neste momento surgia também com os valores transferidos da

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Câmara, que iam outra vez ao Ministério da Educação e depois é que voltavam aos agrupamentos. Ou seja, ia do Ministério da Educação para a Câmara, da Câmara para o Ministério da Educação, e depois do Ministério para os Agrupamentos, mas isso tinha a ver com uma alteração legislativa e teria de continuar assim. Referiu que ainda tinham o problema da falta de algumas auxiliares de ação educativa, de assistentes operacionais e assistentes técnicas, que estavam a ser colmatadas com um concurso que estava a tramitar. -----

-----Referiu também que a Câmara já era bombardeada até com pais a dizer que as escolas de segundo, terceiro ciclo e secundário, nomeadamente a Michel Giacometti, estava numa desgraça em termos de manutenção e que agora, já não sendo Governo, a Câmara já não se podia refugiar e tinha de fazer as coisas, mas não era nada que também não fosse expectável e que não tivesse sido várias vezes aqui enunciado. -----

-----Sobre a gestão das esplanadas, disse a Câmara tinha tomado uma deliberação por unanimidade desde o início do Covid até dezembro de 2022, que era discutível, que para além de isentar as esplanadas, tinha alguma condescendência no seu alargamento. O que tinham de certa forma articulado na CM era que teriam de retroceder se não houvesse nada em contrário, e teria de haver um esforço de todos, não do Vereador Nelson, da vereadora Argentina, do Presidente da Câmara e do vereador Márcio, mas todos tinham de assumir que teria de haver esse retrocesso e devolver o espaço Público. -----

-----Relativamente ao PRR, disse que neste momento tinha-se feito também ao PRR, o Centro de Saúde da Quinta do Conde e estava-se a preparar “o grosso”, que era o PRR habitação também, que era o que estava disponível neste momento para o Município. -----

-----Sobre as questões colocadas pelo Deputado Vítor Antunes, relativamente ao ponto de situação da Capela de São Sebastião, referiu que a obra estaria para terminar no final deste ano e que tinha sido lançado um repto aos serviços por sugestão da Paróquia de Santiago, para ver se havia condições para que a inauguração da Capela fosse no dia 20 de janeiro, porque era o dia de São Sebastião, o que desconhecia, portanto fazia *meia culpa*. Já tinham lançado esse repto para ver se existiam condições para que pudesse acontecer. -----

-----Sobre os transportes metropolitanos, disse que neste momento já estava em apreciação a possibilidade de alteração do circuito para passar na rua onde do Centro de Saúde, sendo que no circuito havia dois autocarros que funcionavam em sentidos diferentes. -----

-----Quanto às considerações feitas pelo Deputado Carlos Macedo, sobre o concurso Miss Elegância, disse que não se podia pronunciar porque este ano nem sequer tinha o pelouro, e que em 2021 já tinha

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

havido o concurso no Concelho, no Hotel Four Points, e tinha tido algum apoio logístico da Câmara Municipal e o Presidente da Câmara tinha estado lá também, portanto, podia ser alvo da mesma crítica. Este ano não tinha acompanhado porque tinha sido tramitado pelo turismo, mas tinha estado lá presente. Contudo, era uma apreciação pessoal que registava e respeitava. -----

-----Quanto à apreciação das matas de Sesimbra, referiu que o documento não tinha sido apresentado 24 horas antes, mas 48 horas e disse que nem este fórum, nem na Câmara Municipal, quando foi questionado por diversas ocasiões até em sede de apreciação da Atividade Municipal, nunca se tinha refugiado de tudo o que estava a acontecer e, portanto, percebia que as expectativas de alguns pudessem ser que isto se protelasse no tempo até nunca ter consequência, mas nunca tinha escondido o que é que estava a acontecer e o que é que estava a ser negociado com o município nem qual era o procedimento que estava a ser tomado. Neste sentido, o que se tinha feito era concretizar aquilo que há muito tempo estava a ser tramitado. -----

-----A questão da redução dos 50%, também tinha sido o Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra que tinha dito que na proposta indicava 2 coisas, primeiro, para a unidade operativa, não era nenhuma decisão legal, sendo que neste momento o PDM era aquele que estava em vigor e a capacidade construtiva era aquela que estava determinada. A Câmara Municipal para a área da unidade operativa da mata de Sesimbra que apanhava as 2 matas tinha definido uma redução de 50% da capacidade construtiva e tinha metido regras de que se houvesse operações urbanísticas a decorrer antes da entrada em vigor do plano e se não fosse cumprido o previsto nos respetivos contratos que tinha a ver com os prazos, que se aplicaria a regra que estava prevista no PDM. -----

----- Disse que não se refugiavam nem se escondiam na questão de não poderem voltar a discutir aquilo que tinha sido discutido e aprovado nesta casa há 10 anos. Isto era uma consequência daquilo que tinha sido discutido, reprovado por alguns e discutido por alguns. Portanto, o período de discussão daquilo que se pretendia para aqueles territórios já tinha acontecido há muito tempo. Disse também que no programa eleitoral da força política que representava, estava claro como água que continuavam a reconhecer, adaptando, obviamente, à realidade, aquilo que estava previsto no quadro de desenvolvimento do próprio Concelho. -----

----- Sobre as questões do Deputado Ricardo Marques, sobre o amianto, referiu que era um investimento de 837.000,00€ e não 737.000,00€. Disse conhecer o processo e que na altura em que tinham sido assinados os contratos nem sequer havia clarificação se poderia ser da espessura de 3, de 5 ou de 10 milímetros, sendo que não havia garantia nenhuma de que os municípios seriam ressarcidos da

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

totalidade e se poderiam colocar chapas de dimensão de espessura inferior a 5 milímetros, que tinha sido o caso, tendo-se apontado inicialmente para 3 milímetros para caber nos custos padrão, mas todos os municípios o tinham feito posteriormente e não na altura da assinatura dos respetivos contratos.-----

-----Disse que, desmistificando aquilo que muitas vezes era dito, parecia que o Governo tinha atribuído algum apoio financeiro aos municípios para que estes fizessem essa obra, o que era completamente errado. O que o Governo tinha feito foi abrir um aviso com fundos comunitários que estavam no programa operacional de Lisboa, que já deveriam ir para os municípios, para outras áreas, para dizer que resolveriam o problema do ambiente, ou seja, abriam o aviso de verbas que já estavam no programa que era da União Europeia para os municípios fazerem aquilo que o Governo devia fazer. -----

-----Disse que a CM não tinha dito que não fariam, mas sim que fariam desde que houvesse a garantia de que o Município não ficaria altamente prejudicado naquilo que efetivamente era o financiamento dessas empreitadas. -----

-----Quanto à questão do Conselho Municipal da Juventude, disse que discordava da opinião do Deputado, bem como os serviços. Havia uma informação inclusivamente dos serviços sobre a recomendação da AM, sendo que as recomendações que vinham da Assembleia Municipal iam para apreciação dos serviços. Disse que até faria um exercício legítimo para as duas partes, que era, quando o projeto de resolução para a construção da Escola Secundária feita pelo Governo, fosse para o terreno, o Município de Sesimbra garantia que implementava o Conselho Municipal da Juventude, nem que fosse para felicitar essa intervenção do Governo do projeto de resolução, que era exatamente a mesma coisa que uma recomendação na Assembleia Municipal. Portanto, que puxassem pelos camaradas, que se houvesse escola secundária na Quinta do Conde, o Município de Sesimbra, por influência do seu Presidente, faria um Conselho Municipal da Juventude, nem que fosse para valorizar aquilo que tinha sido o trabalho do Governo do Partido Socialista relativamente à escola secundária. -----

----- Relativamente ao Plano de Urbanização da Quinta do Conde, disse ter tido efeitos a partir de 2008. Tinha sido aprovado em 2006 e publicado em 2008. Referiu que tinham perfeita noção de que era preciso rever. A prática que vinha acontecendo era recorrer a uma equipa interna, sendo que a equipa que tramitava o PDM, estava neste momento a preparar os termos de referência para iniciar o processo de revisão, que não tinha sido iniciado sequer. A expectativa era que no primeiro semestre de 2023 houvesse condições para iniciar a revisão do Plano de Urbanização da Quinta do Conde, que de facto tinha muitas coisas por resolver até do ponto de vista daquilo que eram dificuldades hoje do regulamento do próprio plano face ao Regulamento Geral de Edificações e Urbanização que colidiam em muitas

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

matérias, tornando inexequível mesmo a construção de alguns dos lotes, sobretudo habitação coletiva, entre outras coisas.-----

----- Sobre o projeto das Cobras Vivas, disse que também não conhecia tudo no Concelho e que havia uma localização no Concelho com esse nome que desconhecia, mas presumia que também não era o único a desconhecer. -----

-----Explicou em seguida que havia um local no Concelho que se chamava Cobras Vivas que era na zona onde estava construído o antigo Villas de Sesimbra, o atual Sesimbra Shell, e naquele terreno, na zona envolvente, existia capacidade construtiva e o proprietário do terreno tinha vindo apresentar um projeto que queria implementar ali. -----

-----Relativamente à reunião com o IP sobre barreira, disse que era verdade e que o Município de Sesimbra tinha sido quase o último a saber. Referiu que o Deputado Sérgio Faias, no exercício de outras funções que desempenhava que não de eleito municipal, tinha feito uma *démarche* entre a Câmara Municipal de Sesimbra e a entidade que este representava, no sentido de evitar que aquela obra ocorresse em pleno Verão, que era o que estava previsto acontecer. -----

-----O que a IP queria era que a CM ajudasse na divulgação aos cidadãos de que em pleno agosto iria ser fechada a via de acesso ao Porto para se fazer aquela obra, e a informação que tinha da entidade que tinha a gestão daquela área portuária era que estava previsto iniciar-se esta semana, mas não tinha iniciado. Referiu que não tinha mais nenhuma informação privilegiada e que tinham dito que antes de outubro, era impensável fazer esta obra. Referiu ainda que o Líder de Bancada do Partido Socialista, no exercício de outras funções, tinha feito bem também as *démarches* porque tinha percebido as dificuldades que isso traria até para a própria comunidade piscatória e não só exclusivamente ao acesso ao Porto de Sesimbra. -----

-----Sobre os 50 anos do 25 de Abril, disse que neste momento sabia o mesmo que provavelmente sabia o Presidente da Assembleia. Tinha havido um conjunto de sugestões entregues e que a Dr.ª Odete Graça, Coordenadora das comemorações, já tinha enviado uma sugestão de texto final que era para ser articulado, e se fosse, seguiria para deliberação dos respetivos órgãos autárquicos. -----

-----De seguida, o Presidente cedeu a palavra ao **Vereador Nelson Pólvora** que começou por cumprimentar todos os presentes e o público que assistia a partir de casa, e dizer, relativamente às questões colocadas pela Deputada Cláudia Mata em relação às águas durante a época balnear, que o que podiam assegurar era que, salvo pequenas ruturas normais que tinham existido e que tinham causado alguns constrangimentos, não tinha havido nada que provocasse grandes interrupções. Acrescentou que

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

no período de maior afluência ao Concelho, na época alta, nomeadamente em julho e agosto, os depósitos tinham estado sempre estáveis e quase sempre no nível máximo. Podia ainda acrescentar que ao nível da gestão da água e dentro de algumas medidas que tinham sido tomadas pelo Executivo de preservação e poupança desse bem precioso, tinham conseguido também, além das obras que tinham de fazer com os piquetes de emergência, fazer algumas obras de administração direta, ou seja, ir recolocando condutas quando havia necessidade de substituição devido ao desgaste de atividade. -----

-----Relativamente à visita a Cuba do Alentejo, disse que ia a Beja a um Congresso sobre perdas de águas dinamizado pela Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), e tinha visto num programa de televisão, que até tinha sido alertado pelo vereador Miguel, sobre um sistema de estações de tratamento de águas (ETA's) que estavam em prática no Município de Cuba e que poderiam ser interessantes para o Município de Sesimbra. Nesse sentido, tinha entrado em contato com o Município de Cuba, tendo sido recebido e conhecido essa ETA que atualmente abastecia 3 municípios, Cuba, Vidigueira e Ferreira do Alentejo. E o mais interessante desta estação era que funcionava quase na totalidade com base em energia solar. -----

-----Explicou que o Município de Cuba se havia candidatado aos fundos europeus, montado painéis fotovoltaicos num Lago, e, segundo o que tinha sido explicado pelos técnicos na Câmara de Cuba, os painéis, por estarem colocados em cima do Lago, conseguiam ter uma maior produção e tinham baterias de armazenamento da energia. Acrescentou que esta ETA era muito maior do que a central de produção da Apostiça, ou seja, salvo erro, na Apostiça tinham 8 motores, e Cuba tinha 12 e, se calhar, utilizavam só 10% da energia da rede, tudo o resto era com esses painéis. -----

-----Disse achar que este era um bom exemplo, apesar de ser um Município que não era da mesma "cor" que o de Sesimbra, e os bons exemplos eram para ser seguidos. Esta inovação não era única no país, salvo erro, existia mais uma no Norte. -----

-----Relativamente à fiscalização municipal e dado que a Deputada Sílvia havia questionado diretamente quantos fiscais existiam, disse que ia um bocadinho mais além e perguntou se a Deputada Sílvia sabia todas as competências que a fiscalização municipal em Sesimbra tinha. Explicou que a fiscalização tinha obras, e, dentro atividade económica, tinha esplanadas, ruído, depósito de lixos e inertes, e, de momento, tinham um fiscal, um assistente operacional, 3 assistentes técnicos e 4 técnicos superiores que estavam a fazer funções de fiscal porque atualmente abria-se o procedimento concursal para a contratação de fiscal municipal e, tal como noutras áreas, ficavam todos desertos. Não apareciam a



Assembleia Municipal de Sesimbra

concurso, e então, com recursos “à prata da casa”, tinham assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores, ou seja, 9 funcionários em todo o Concelho a fazer toda a fiscalização. Tal como tinha dito o Senhor Presidente, se calhar era preciso ter um fiscal em cada canto. Como sabiam, isto vinha sendo um descalabro e já lhe tinham sido relatados casos de colegas da recolha terem acabado de recolher e nas costas já estarem pessoas a depositar monos, e não conseguiam ter um fiscal à porta de cada pessoa em cada canto deste Concelho porque era humanamente impossível. Mas claro que tinham de adotar estratégias para resolver a situação. -----

-----Sobre a questão colocada pelo Deputado João Castanho sobre a reunião de 5 de julho relativamente à gestão das esplanadas, disse que estavam a preparar, para breve, ações de sensibilização entre a fiscalização municipal, o ambiente urbano e a economia local. Não só para falarem com os comerciantes sobre as esplanadas e sobre a reposição das medidas anteriores à Covid, mas também sobre a ação de formação sobre a deposição de lixos e do acondicionamento dos cartões, para ver se entre todos, num esforço de sensibilização, conseguiam também passar essa melhor imagem que todos queriam para o Concelho, que era não ver o que viam muitas vezes espalhado. Acrescentou que podia garantir que em quase 90% dos casos, se não mais, não era culpa da autarquia, porque a CM fazia o seu trabalho e o seu esforço, e era recorrente, todos no dia a dia verem situações praticadas por todos os cidadãos que por vezes tinham comportamentos que não eram os mais adequados e depois iam exigir à Câmara, à fiscalização e à recolha que fizessem algo impossível porque não tinham recursos humanos, nem recursos materiais para dar esse tipo de resposta. -----

-----Foi cedida em seguida a palavra ao **Vereador José Polido** que cumprimentou todos os presentes e, relativamente à questão colocada pelo Deputado Ricardo Mendes sobre a remoção do amianto nas escolas, disse que ficaria contente se a Câmara tivesse um superavit e não um défice nessa remoção, porque a Câmara tinha tido custos para além daquilo que o Estado havia transferido para o Município. Estavam a falar só dos custos da remoção versus aquilo que tinham recebido, mas podia dizer que este ano até agora, dos 864.435,00€ que tinham previsto arrecadar, só haviam arrecadado 608.440,00€, ou seja, havia um défice porque tinham de adiantar o dinheiro. Acrescentou que, já que estavam a fazer aquilo que era da competência do Estado, este devia de pagar pelo serviço que o Município estava a prestar. -----

-----Sobre a questão da Deputada Sílvia Montanha relativamente aos resíduos, disse que infelizmente na semana passada tinham tido as 6 gruas paradas, sendo que estas removiam também os moloques, os contentores grandes enterrados. Estes eram os meios que tinham, e infelizmente tinham contratado uma

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

grua, a única possível, que no dia a seguir também tinha avariado. Para além disso, tinham 2 carrinhas que ajudavam na recolha que também tinham avariado. Este era o ponto da situação dos serviços a nível da recolha e das viaturas. -----

-----Referiu que, a Deputada, morando na Quinta do Conde, já tinha reparado que a Câmara tinha contratado serviços externos ao próprio município para colmatar muitas dessas deficiências, mas como o Vereador Nelson Pólvora tinha dito, havia munícipes que estavam à espera que aquela zona ficasse limpa para que, numa hora, no dia a seguir, ou num minuto, voltassem a pôr lá lixo para depois se calhar, alguns deles, criticarem ou tirarem fotografias e mandarem para o *Facebook*. Acrescentou que não tinha *Facebook* nem nada, mas até ia acompanhando algumas coisas e tirava fotografias. -----

-----Referiu que lhe tinham enviado uma fotografia dos moloques da Vila de Sesimbra, às 13h22, portanto, não era só na Quinta do Conde. Isto tratava-se do civismo das pessoas. Referiu também que todos os dias iam a Sesimbra e levavam uma ou duas carrinhas cheias, mas à hora de almoço, a marginal, estava igual. Tinham tido uma pessoa contratada só para pôr o lixo dentro dos contentores, que passava a marginal toda para baixo e para cima. Infelizmente era o que tinham e não podiam fazer mais com aquilo tinham, sendo que tinha de agradecer o esforço de toda a equipa do ambiente urbano para tentar manter o Concelho Limpo. -----

-----Disse que também na Lagoa de Albufeira faziam intervenções com retroescavadoras e camiões da Divisão de Obras Municipais (DOM), que era a forma que tinham para ter maior capacidade e para tentar recolher, mas se recolhessem hoje, um dia ou dois depois já estaria exatamente igual. Se colocassem um fiscal ao pé de um contentor, as pessoas iam pôr no outro contentor a seguir ou no outro. -----

-----Referiu que no Alto das Vinhas, tinham querido tirar os contentores de 800 litros da rua e tinham começado a fazer o projeto porta a porta, e se passassem lá, logo naquele primeiro contentor, que era um “cartão de visita”, onde tinham os contentores da reciclagem logo à entrada na curva, aquilo era uma vergonha que estava ali, onde iam descarregar entulhos das obras ou móveis. Disse que brevemente iriam abrir o Remove na Maçã e iriam remover também os outros contentores da Rua da Maçã, Pedreiras e Pocinho, e esperava que depois a população também ajudasse e colaborasse ao levar os seus resíduos ao Remove que estaria na Maçã para servir toda aquela área. Acrescentou que neste momento estavam a fazer a entrega dos contentores na zona da Carrasqueira e que vinham tendo boa receptividade nessa área. Era isso que queriam fazer, devolver o espaço Público ao cidadão, mas também pediam a colaboração por parte das pessoas, ou seja, faziam um esforço, mas esse teria de ser acompanhado aqui por algum civismo de algumas pessoas. -----

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente à reciclagem, referiu que o Município de Sesimbra tinha um dos maiores índices e continuava a ser o primeiro Município a nível per capita de reciclagem na Península de Setúbal, mas se reparassem, ao lado dos contentores da Amarsul também estava uma desgraça completa, sendo que havia vidro, plástico e cartão com fatura, e não estava pior porque a Câmara Municipal recolhia para ter um melhor espaço Público, e tinha o reverso da medalha, porque tinham o custo de o trazer e depois o custo de levar. Havia ainda a agravante de há vários anos não aumentarem a tarifa dos serviços urbanos, nomeadamente da água, saneamento e resíduos, e a Amarsul, de 2019 para 2022, tinha passado, em números redondos, de uma tarifa de 20,00€ para cerca de quase 80,00€, que contemplava, a tarifa + a TGR + IVA. Isto queria dizer que a própria entidade reguladora tinha fixado uma tarifa que o Município teria de pagar à Entidade Amarsul. Referiu que já tinham tido um projeto para os resíduos recusado para os bioresíduos porque não tinham cumprido o rácio da recuperabilidade dos custos, entre 90% e 100%. Se fossem por aí, o Município de Sesimbra seria obrigado a fazer aumentar as tarifas mesmo contra vontade para não perderem milhões de fundos comunitários que faziam falta ao Concelho. -----

-----Relativamente à questão da Deputada Cláudia Mata, disse que tinha estado numa reunião em que a ordem de trabalhos tinha sido a aprovação da ata número 2 da Assembleia intermunicipal porque era o representante do Município também na Associação de Municípios da Região de Setúbal. Referiu que o relatório de atividades e contas 2021 tinha sido uma errata e tinha havido uma retificação. Depois tinha havido a apreciação do plano de atividades e orçamento para 2022, que curiosamente iria na sexta-feira por não ter havido consenso dos vários municípios na aprovação do documento proposto pelo Conselho Diretivo. Explicou que como tinha havido eleições e mudança do Concelho Diretivo, tinha havido esta tramitação toda até agora, e esperavam que fosse sexta-feira, assim como o mapa de pessoal. -----

-----Sobre a taxa de execução das GOP e do Orçamento, disse que teria muito gosto em vir à Assembleia Municipal dizer qual era a taxa de execução das GOP e do Orçamento, mas fazia questão de dizer já. Referiu que tinham umas GOP de 38.980.450,00€, sendo que neste momento tinham cabimentado 34.000.000,00€, tinham um compromisso de 30.000.000,00€, realizado 21.600.000,00€ e pago 20.000.000,00€, ou seja, estavam a falar de uma taxa de cabimento de 87,5%, que era aquilo que pretendiam realizar, e um compromisso de 77,8%, e realizado estava mais de 50%. Este último era a fatura que tinha entrado na autarquia. O compromisso era aquilo em que assinavam os contratos, e o que estava pago do que tinha entrado face ao inicial, era 52,78%. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Na receita, que era exatamente igual à despesa para o orçamento, estava equilibrado, tinham 72.192.000,00€, na receita corrente tinham 61.654.000,00€, sendo que já tinham arrecadado até agora 43.000.000,00€ ou seja, uma taxa de execução de 69,33%. Na receita de capital, tinham 9.125.000,00€ e só tinham executado 2.109.000,00€, uma taxa de execução de 22,5%. Mas, existia justificações para isso, nomeadamente o contrato para o Centro de Saúde, que estava a decorrer neste momento e onde tinham previsto arrecadar 1.160.000,00€, mas até agora tinha sido pago 180.000,00€. Também a obra da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, onde tinham 1.070.000,00€. Outra situação que tinham era os 864.000,00€ da remoção do amianto, sobre o qual tinham recebido 600.000,00, que dava uma diferença de quase 300.000,00€. Tinham também o empréstimo de curto prazo de 2.000.000,00€ que ainda não tinham utilizado porque tinham tesouraria para isso. Isto, para dizer que neste momento tinham uma taxa de execução de 66,35%. -----

-----Disse que, como sabiam, o IMI era um dos impostos mais importantes na receita do Município, sobre o qual iriam receber uma tranche, mais próximo do final do ano e, portanto, haveriam de ter um equilíbrio. No orçamento, de uma forma geral, dos 77.192.000,00€, tinham um cabimento já neste momento de 63.959.000,00€, ou seja, de 83%. Tinham um compromisso de 59.600.000,00€, ou seja, 77,23%. Tinham uma despesa paga de 45.729.000,00€, cerca de quase 60% do orçamento, e tinham a obrigação por pagar neste momento, do que estava aqui a nível de contas, porque havia faturas em trânsito para ser validadas pelos respetivos serviços, 1.486.000,00€. Portanto, esta era a taxa de execução do Município ao dia de Hoje, dia 13 de outubro de 2022.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que queria colocar uma questão sobre o Centro de Saúde de Sesimbra. Referiu que se falava muito das obras que estavam a decorrer, mas aquilo que era de interesse para a população era saber qual era a data prevista para o início da atividade do Centro de Saúde de Sesimbra porque as pessoas queriam saber quando é que o poderiam ir utilizar. -----

-----Disse em seguida que queria dar 2 notas. Uma relativamente aos transportes metropolitanos. Referiu que compreendia e que vinha ouvindo “N” de notícias na rádio e na comunicação social relativamente às dificuldades da implementação deste modelo e desta estrutura de transporte. Considerava que deviam protestar, falar, exigir e pressionar para que as coisas funcionassem, mas esta estrutura era extremamente complexa e tinha sido mal calculada, não por incompetência das pessoas no cálculo, mas devido a fatores que tinham entrado e influenciado toda esta operação. Em primeiro, a questão dos preços relativamente ao transporte e a questão do valor mensal do passe, em segundo, a

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

questão do preço do aumento dos combustíveis que as pessoas não conseguiam aguentar, fazendo com que abandonassem os carros particulares e passassem a andar de transportes públicos, o que tinha dado imediatamente um incremento substancial. -----

-----Disse também que, o Presidente havia referido que aquilo que estava implementado era mais que aquilo que estava antes, no tempo dos Transportes Sul do Tejo (TST). Nesse sentido, seria também interessante saber qual tinha sido o grau de implementação para terem a noção do que estavam a falar e qual tinha sido o crescimento. -----

----- Havia também a questão da mão-de-obra, designadamente dos motoristas. Ainda agora tinham ouvido a CM dizer que não tinha motoristas, que tinha dificuldades com os veículos da recolha do lixo, que estavam avariados. Contudo, não podiam dizer à CM que tinham pena de os veículos estarem avariados e dizer aos outros para resolver o problema, porque então tinham de dizer à Câmara para tirar de lá o lixo porque não queriam saber se tinham os carros avariados ou não. Não podiam funcionar assim, especialmente um órgão de gestão do território e de gestão do Concelho. Tinham de ponderar a apreciação relativamente a tudo isto. -----

-----Referiu que costumava dizer que quando uma coisa era nova, queria saber quanto tempo é que duraria a “gritaria”, e, neste caso, o que dizia era que queria saber quanto tempo seria necessário para pôr toda esta tua estrutura a funcionar de uma forma que fosse conveniente e numa forma que conseguisse dar resposta às necessidades de transporte das populações que se movimentavam dentro da Área Metropolitana de Lisboa. Sabiam os movimentos pendulares que existiam entre a margem sul e a margem Norte do Tejo diária para as pessoas que iam trabalhar para o outro lado, portanto, estava apreensivo relativamente à questão do funcionamento desta nova estrutura de transporte. Mas, julgava que tinham de dar algum tempo ao tempo, reconhecendo que as pessoas estavam a fazer alguns sacrifícios em relação à organização, mas tudo o que era novo normalmente funcionava assim. -----

-----A outra questão que queria aqui levantar tinha a ver com o lixo. Esta questão já era antiga no Concelho, especialmente na zona rural e nas zonas fora das áreas urbanas. Disse que sabiam que existiam depósitos de lixo, nomeadamente de obras e outros tipos de resíduos. Recordava-se que quando tinha sido vereador da Câmara Municipal havia visitado um espaço na Quinta do Conde em que havia de tudo o que quisessem, desde radiografias a fios elétricos e tijolos e animais mortos. Referiu que, segundo aquilo que a Câmara dizia, não tinham pessoal para fazer este tipo de fiscalização, mas neste tipo de fiscalização tinham de ser um bocado “empresários”, porque uma contraordenação hoje de, por exemplo, um depósito, de pneus, poderia ter uma coima mínima de 290.000,00€ para uma empresa, e o depósito de

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

determinados tipos de resíduos em determinadas zonas tinha coimas elevadíssimas. Acrescentou que tinham aqui 2 vantagens, uma era a vantagem económica se fosse apanhado alguém a fazer este depósito, e era sem perdão. Tinham muitas vezes de ter esta coragem de ir para a frente com estas questões, sendo que seria um exemplo para os outros. Quando se soubesse que um ou dois tinham apanhado uma multa destas, toda a gente teria medo, mas neste momento ninguém tinha medo de nada. Como tinha dito o Presidente há pouco, nestas situações era preciso apanhar em flagrante delito e se não fosse apanhado em flagrante delito estava tramado porque o processo não ia para lado nenhum, sendo imediatamente arquivado. Assim, a Câmara não tinha hipótese de se quer andar com o processo administrativo, porque se depois havia recurso, a questão era complicada. -----

-----Era preciso atuar sobre esta matéria, até porque tinham uma área rural que merecia e tinha de ser protegida. Não podiam falar só da questão dos lixos urbanos, mas falar também da área rural e da proteção da área rural. Havendo um investimento sério numa fiscalização, até porque não era muito difícil detetar os delitos porque sabiam onde é que iam. Era uma questão de verificar como ir atrás do prejuízo. Contudo, era preciso manter, e não só fazer uma ação julgando que depois mais ninguém deitaria ali o lixo. Este era um bom investimento que a Câmara Municipal podia fazer, não só do ponto de vista económico, mas também ajudaria a resolver parte do problema que sabiam que nunca se resolvia totalmente. -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Silvia Montanha** que perguntou que medidas iam ser adotadas para combater a crise energética atual no Concelho de Sesimbra, e felicitou a intervenção do Deputado Carlos Macedo. -----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Madalena Serra** que cumprimentou todos os presentes e perguntou se seriam colocadas passadeiras junto às novas paragens. Disse haver muitas paragens no Concelho que não tinham passadeiras ao pé, e havia muitos munícipes a perguntar se seriam colocadas passadeiras e se havia algum planeamento em relação a essa questão. -----

-----Perguntou também se havia algum departamento na área social para colocar nas escolas a dar apoio às crianças com necessidades de educação especial e vítimas de bullying. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Castanho** que, em relação aos balancetes, perguntou novamente se conseguiam colocar tudo na mesma folha. -----

-----Sobre a fiscalização, disse que não havia mão-de-obra e perguntou se não havia a possibilidade de colocar câmaras de videovigilância nos locais. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por fim, disse que gostaria de ceder o resto do tempo de intervenção que dispunha, à bancada do PS.-----

-----**O Presidente da AMS** disse que esta questão não tinha sido prevista em sede de revisão do regimento, e nesse sentido, perguntava aos demais líderes de bancada se tinham alguma objeção em que fosse cedido o tempo de intervenção.-----

-----Usou da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que, uma vez que ainda estavam a testar a nova “fórmula”, não tinham nenhuma objeção a esta cedência de tempo.-----

-----Interveio o **Deputado Carlos Macedo** que disse que não se iria opor a esta cedência, mas depreendia que a questão que seria colocada pela Bancada do PS era sobre algo que já tinha sido perguntado, pelo que não devia de ser motivo de cedência de tempo, sendo que seria uma clarificação sobre uma questão já colocada.-----

-----**O Presidente da AMS** disse que a Mesa não sabia o teor da intervenção, assim, esta questão ia no sentido de envolver a todos nesta discussão. Pessoalmente, e pela Mesa, não faziam qualquer objeção a estas questões.-----

-----Interveio o **Deputado Carlos Oliveira** que disse não ter qualquer objeção a que houvesse cedências de tempo entre as bancadas, desde que não alterasse o tempo regimental destinado às bancadas. Contudo, não “via com bons olhos” a cedência de tempo à Câmara Municipal.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Pedro Mesquita** que referiu que, uma vez que tinha sido a própria bancada a solicitar a cedência de dois minutos do tempo, não tinham qualquer objeção.-----

-----De seguida, cedido o tempo solicitado, usou da palavra o **Deputado Ricardo Mendes**, que cumprimentou todos os presentes e agradeceu a cedência do tempo ao Deputado João Castanho. De seguida, disse que queria fazer duas notas prévias em relação ao que tinha sido referido, e, também deixar uma sugestão para o futuro.-----

-----Relativamente aos dados que tinham sido facultados sobre a remoção do amianto, disse, dirigindo-se ao Vereador José Polido, que tinham sido 710.000,00€ e não os 600.000,00€ que o vereador havia referido. Também no quadro que tinha sido enviado pelos serviços da Câmara, percebia que a divergência entre os 737.000,00€ e os 800.000,00€, estava relacionada com o facto de na rubrica da Escola Michel Giacometti, no participado do investimento elegível, só ter 64.000,00€. Julgava ter sido um erro dos serviços não ter colocado o remanescente no investimento ilegível não participado. De qualquer forma, o Governo, através dos fundos comunitários, tinha feito uma participação de 85%.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sobre a intervenção do Presidente da CM relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, referiu ter muita pena que uma recomendação aprovada por maioria relativa nesta Assembleia Municipal, tendo o Presidente o pelouro da juventude, não a quisesse aprovar. Acrescentou que considerava ser importante, e, talvez o GM do PS fosse solicitar ao Coordenador da Comissão Sociocultural, Deputado Rui Rodrigues, para que falasse com o serviço da juventude, porque tinham visões completamente distintas. Nos outros Municípios os Conselhos Municipais da Juventude vinham funcionando em complemento com o Fórum da Juventude e não se percebia porque é que aqui não se queria executar esse conselho.-----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que se desculpou por não ter consultado a Bancada do Chega relativamente à cedência do tempo entre bancadas, mas tinha percebido pela reação que não havia qualquer problema.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que, enquanto Coordenador da Comissão Sociocultural, relativamente ao referido pelo Deputado Ricardo Mendes, disse que era uma questão de acertarem as datas. Referiu que convocariam quem tivessem de convocar e debateriam esse assunto em comissão.-----

-----De seguida, foi cedida a palavra ao **Presidente da Câmara** para que respondesse às questões colocadas. Este começou por responder às questões colocadas pelo deputado Carlos Oliveira dizendo que não conseguia responder sobre quando é que estava previsto o início da atividade, mas conseguia prever que o fim da obra do Centro de Saúde deveria ocorrer, indubitavelmente, até ao final do primeiro trimestre.-----

-----Quanto às questões de funcionamento, disse que não sabia quando é que passaria para lá a unidade de saúde familiar e as outras, mas essa era uma pergunta que se podia fazer à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. Confessava que a sua preocupação não era só que passassem para o novo Centro de Saúde, mas também as condições em que passaria, porque o novo centro de saúde tinha um investimento municipal com uma dimensão ainda considerável, e com certeza que não iriam abrir mão de que o serviço fosse melhorado à população face àquilo que era hoje, que era péssimo, independentemente das instalações também não serem boas. Sabia que o processo de apetrechamento já estava a decorrer, assim como os procedimentos de aquisição.-----

-----Relativamente aos transportes metropolitanos de Lisboa, disse que a questão que também se colocava era que não era a Câmara que geria efetivamente os transportes, sendo que havia uma empresa que tinha sido constituída e que tinha um único acionista que se chamava Área Metropolitana de Lisboa,

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que, por sua vez, era constituída pelos 18 municípios. A sugestão que daria era que, melhor do que ser o próprio a explicar, até porque não era técnico de transportes, era que fosse o Conselho de Administração e os técnicos da TML, que com certeza estariam disponíveis para vir explicar. -----

-----Sabia que este era um processo brutal. Uma empresa tinha sido criada de raiz, com técnicos criados de raiz, que não geria a operação rodoviária, mas toda a bilhética e todo o orçamento dos transportes dentro da AML. Quem pagava o metro de Lisboa à Carris e à Fertagus era a TML, portanto, a gestão que era feita do ponto de vista financeiro era uma brutalidade e as compensações aos operadores era uma brutalidade. Assim, aquilo que sugeria e que achava ser bom para todos, salvo melhor opinião, e até o próprio gostaria, era ouvir o Conselho de Administração da TML com os técnicos respetivos sobre os problemas concretos que neste momento estavam a debater. -----

-----Referiu que os contratos previam, como todos os outros, que com alterações de preços conjunturais houvesse revisão de preços contratuais, portanto, as alterações dos preços dos combustíveis, entre outros, eram fundamentadas e se tinham fundamento, obviamente, para se proceder a uma revisão da estrutura de preços. Referiu também que tinham saído 2 motoristas efetivos da Câmara de Sesimbra para os TST, porque infelizmente pagavam pior. -----

-----No que respeitava à questão do lixo e das empresas, disse que concordava. Tinham dificuldades em termos de recursos humanos fiscais, sendo que não tinham fiscais de carreira, nem existia muitas vezes disponibilidade. Referiu que tinham aberto um concurso há 3 ou 4 anos e ninguém tinha concorrido para o cargo de fiscal municipal, e não havia em termos de formação.-----

----- Disse que concordava em parte com o que o Deputado Carlos Oliveira havia referido. Havia um problema que se colocava em 2 dimensões. A primeira era que havia competências que eram da Câmara que diziam respeito ao cumprimento ou ao incumprimento do regulamento municipal de resíduos, e havia competências que eram da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional que diziam respeito a zonas protegidas, que muitas vezes era o que acontecia. Havia um problema que sabia que acontecia com alguma frequência, que era quem pagava a fatura muitas vezes no final das contas e no final do dia eram os proprietários dos terrenos, porque, por exemplo, se o próprio tivesse uma lixeira ou um depósito de pneus num terreno do qual fosse proprietário e se chamassem a fiscalização, a Câmara ainda tinha alguma condescendência e se não fosse da sua responsabilidade, que não dissesse respeito ao regulamento, remetia para a CCDR, que iria lá para autuar o proprietário e não quem lá tivesse ido fazer, irregularmente, o depósito do lixo, o que era uma chatice. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Quanto à questão das medidas energéticas, referiu que estavam a ser implementadas há algum tempo. Acrescentou que o Município de Sesimbra implementava um conjunto de medidas de eficiência energética e continuaria a implementar, quer nos equipamentos municipais, quer nos equipamentos de utilização coletiva, quer nos equipamentos das próprias associações, quer em todas as escolas.-----

----- Sobre a questão das paragens e das passadeiras, disse haver sítios que com certeza seriam avaliados, porque tinha sido tudo um processo rápido. Havia sítios em que nem sequer havia passeios quanto mais passadeiras infelizmente, portanto, teriam de aferir todas as paragens e criar melhores condições aos cidadãos. -----

-----Sobre a questão das vítimas de *bullying*, referiu que toda a sinalização era feita via Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que era o que estava definido do ponto de vista legal e legislativo. Sobre a questão dos balancetes, disse que o Vereador registava e que era verificar se havia essa possibilidade. -----

-----Relativamente à questão dos dados, disse que gostaria também de acrescentar, já agora, que, não obstante os valores que tinham tido estes acertos, em revisão de preços, que era aquilo que tinha falado e que não eram de todo financiados, já iam a caminho dos 100.000,00. -----

-----Sobre o Conselho Municipal da Juventude, disse que faria todo o gosto em ser o primeiro a dar o passo para implementação do Conselho Municipal da Juventude se, fazendo aqui um repto à Bancada da CDU em incentivar o seu grupo parlamentar, ouvissem o Governo e a tutela da educação sobre um projeto de resolução que tinha sido aprovado há 1 ano, por unanimidade, na Assembleia da República. Teriam a garantia do próprio que, se resolvessem o problema do ensino secundário, mesmo contra vontade, fariam essa vontade ao Partido Socialista. -----

-----Sobre a questão das câmaras de videovigilância, colocada pelo Deputado João Castanho, disse que a colocação de câmaras na via pública era um processo muito lento e duvidoso, mas era possível com uma autorização, mas com a nota de que não era a Câmara que as possuía, mas sim as forças de segurança, e como havia referido há pouco, nesta matéria do lixo que vinha sendo discutida amplamente com as forças de segurança, não atuavam porque se tratava de um regulamento municipal e não de uma legislação. Portanto, nesta situação em concreto, era completamente irrelevante e inócuo. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que quando havia referido a questão do reforço da fiscalização em determinados sítios, não tinha falado em áreas protegidas, mas sim da Mata de Sesimbra, que tinha parte da área protegida e parte da área que não era protegida, que era apenas uma área florestal. Não quis dizer que se andasse atrás dos proprietários, que no fundo até eram

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

prejudicados porque lhes era depositado lixo nas suas propriedades. Na sua intervenção, referia-se a que naqueles locais que toda a gente sabia que era onde se iam fazer depósitos ilegais de lixo, houvesse o reforço da fiscalização e, em determinado momento, fosse possível apanhar em flagrante esse tipo de depósitos, mas isso era um trabalho que tinha de ser feito com alguma paciência. Acrescentou que, se por haver dificuldades não faziam esse trabalho, o que estavam a dizer era que podiam ir depositar à vontade o lixo, fosse de que espécie fosse, que não iria acontecer coisa nenhuma. Portanto, não era chamar a CCDR, era tentar apanhar as pessoas em flagrante para evitar isto, se não, qualquer dia, seriam a lixeira dos concelhos do lado, e era isso que não queriam. Não queriam ser dos próprios, quanto mais dos outros. Disse que esse reforço depois reverteria nas coimas que a CM podia cobrar, que não eram poucas. Se fosse uma coima de 290.000,00€, daria para pagar quantos fiscais por ano.-----

----- Foi cedida a palavra à **Deputada Madalena Serra** que disse que estavam todos muito revoltados com a falta da escola secundária na Quinta do Conde, com os jovens e tudo mais, mas que a Bancada Parlamentar do Chega tinha apresentado uma proposta de alteração ao orçamento para ajudar o Município a Construir a escola, e todos os grupos parlamentares tinham votado contra ou então tinham-se absterido. Portanto, estavam todos aqui muito revoltados porque não tinham escolas, e o filho da própria e de alguns dos presentes tinham de sair do Concelho para ir estudar, e quem estava lá sentado ou podia fazer alguma coisa, não fazia nada, e a própria bancada do PS tinha votado toda contra. Então andavam a querer os jovens bem e em escolas nas assembleias municipais quando nem escolas tinham, e quando os partidos com assento parlamentar podiam fazer alguma coisa, não faziam. Andava o Município a ceder terrenos e a fazer acordos para depois, quem estava lá em cima e podia fazer pressão, se abster ou votar contra. Perguntou se afinal queriam ou não escolas para os jovens em Sesimbra. -----

----- Usou da palavra a **Deputada Silvia Montanha** que perguntou qual seria a possibilidade de ser instalada uma casa de banho no recinto do Parque da Vila, um sítio frequentado por crianças que recorriam ou àquelas casas de banho portáteis que não eram viáveis ou então recorriam ao LIDL ou ao Pingo Doce. Perguntou qual era a possibilidade de se construir umas casas de banho dignas naquela zona, sendo que via situações em que as crianças passavam por momentos delicados. -----

----- Foi cedida novamente a palavra ao **Presidente da CM**, que começou por dizer que concordava com o Deputado Carlos Oliveira e que não tinha dito que ia para a CCDR, mas que quando esta autuava, era sobre os proprietários e não sobre aqueles que lá depositavam, infelizmente. Disse que não tinha conhecimento de que a CM alguma vez tivesse feito isso e que sobre questões de limpeza de terreno,



Assembleia Municipal de Sesimbra

faziam, quando tinham de notificar os proprietários, mas não tinha a ver com o depósito de resíduos, independentemente da sua dimensão ou área. -----

-----Referiu que acompanhava o raciocínio do Deputado, mas tinham de assumir que tinham dificuldades neste momento que tinham de ultrapassar. Concordava que aplicando, 3, 4 ou 5 vezes algumas multas, fosse de que forma fosse, seria sempre um incentivo. Disse que os serviços da CM, para terem 6 gruas avariadas que trabalham 24 sob 24 horas em 3 turnos, o esforço que aquela “malta” humanamente fazia era “brutal”, e, muitas vezes não os valorizavam. Acrescentou que, como havia referido o Vereador, muitas vezes, utilizando carros de outros serviços, com máquinas retroescavadoras para meter os resíduos dentro de camiões, era uma “loucura”, e muitas vezes já nem conseguiam motivar os trabalhadores para fazer este serviço, mas felizmente iam conseguindo dar essa resposta. -----

-----Quanto à questão da casa de banho no Parque da Vila, disse que o problema não era a casa de banho, mas o custo que esta tinha do ponto de vista operacional com o número de pessoas que, se não fossem duas tinham de ser três. Referiu estar previsto, no âmbito do PRR, na Quinta do Conde, a construção do *spot* das artes no Parque da Vila, que tinha casas de banho publicas, o que, na sua opinião, iria mitigar o problema porque ficaria aberto durante todo o dia e iria possibilitar a utilização dessas casas de banho.-----

-----Relativamente à questão da Deputada Madalena Serra, disse que o próprio estava com um sorriso ligeiramente irónico, porque aquilo que havia depreendido da sua intervenção era que a proposta, que não conhecia, era para ajudar a Câmara a construir. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que solicitou que a Deputada Madalena Serra pudesse enviar para os serviços a proposta que havia referido, para que pudesse ser difundida por todos.-----

-----De seguida, disse que há umas semanas se haviam congratulado com a iluminação azul do Auditório Conde Ferreira, e hoje estavam com uma iluminação cor-de-rosa associada à causa do outubro Rosa. Acrescentou que, já que também tinha sido aqui aflorada a questão do feminismo e das mulheres, daí também a associação desta iluminação a esta causa.-----

-----Não havendo mais nada a tratar, a **Deputada Sandra Carvalho** solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

----- De seguida, declarou encerrada a sessão eram zero horas do dia um de outubro de dois mil e vinte e dois. - -----

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou.

Ata nº 16 – Mandato 2021-2025

Assunto: Ata de reunião Assembleia Municipal
de Sesimbra
AMS-16/00

Página 44 de 44

